

Governo da República Federativa do Brasil

e

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Título: Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária.

Sede do Projeto: Brasília - DF

Área Temática: Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos.

Instituição Nacional Executora: Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. (SDA/Mapa)

Aporte da Instituição Nacional Executora: R\$ 76.986.000,00 (setenta e seis milhões novecentos e oitenta e seis mil reais), equivalente a US\$ 19.246.500,00 (dezenove milhões duzentos e quarenta e sei mil e quinhentos dólares).

Origem dos recursos: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Valor Total do Projeto: R\$ 76.986.000,00 (setenta e seis milhões novecentos e oitenta e seis mil reais), segundo as seguintes fontes: Recursos oriundos de empréstimo internacional junto ao BID.

Duração: 60 (sessenta) meses

Breve descrição do Projeto: O PCT tem como principal desafio contribuir para a implementação do Programa de Modernização da Defesa Agropecuária - ProDefesa, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, na perspectiva de apoiar as ações de modernização da Defesa Agropecuária Nacional e dar suporte às políticas públicas de acesso a mercados nacionais e internacionais, produtividade e sustentabilidade do sistema produtivo brasileiro por meio do fortalecimento dos serviços de defesa agropecuária do país.

Pelo Governo Brasileiro:

Ruy Pereira

Diretor da Agência Brasileira de Cooperação/MRE

Pela Instituição Executora:

José Guilherme Tollstadius Leal

Secretário da SDA/Mapa

Pelo IICA:

Christian Fischer Troncoso

Representante do IICA no Brasil - Encarregado

DOCUMENTO DE PROJETO

O projeto é um conjunto de ações ou atividades de cooperação técnica orientados para a solução de um problema com resultados significativamente previsíveis num prazo definido, executado mediante a aplicação de certos recursos, com uma metodologia determinada e sob a direção e responsabilidade de um profissional competente. Para o melhor desenvolvimento do Projeto, tanto a Instituição Executora Nacional, quanto o IICA, indicam um Coordenador de Enlace, que deve ser o único canal de comunicação oficial entre as Partes, centralizando as informações e dando a elas o devido encaminhamento dentro da estrutura de cada uma das Partes.

Um Projeto de Cooperação Técnica Internacional deve centrar suas atividades na capacitação de recursos humanos e no desenvolvimento institucional/gerencial de entidades nacionais. A aquisição de equipamentos somente poderá ser feita caso seja indispensável à execução do Projeto, caso em que deverá ser apresentada comprovação/justificativa de que tal aquisição não envolve similar nacional, que possa ser adquirido por meio de processo licitatório interno, e comprovadamente atribuível a um dos resultados projeto e constar do quadro de insumos. A Cooperação Técnica não se confunde com atividades assistenciais ou de investimento, não sendo possível, pois a realização de obras físicas ou aluguel de infraestruturas ou de serviços.

1. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

1.1 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO

Nas últimas décadas o Brasil passou da condição de importador a um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, chegando a quase 100 bilhões de dólares em 2013, equilibrando nossa balança comercial e garantindo milhões de empregos. A crescente população mundial, que saltará de 6,8 bilhões em 2010 para 9,3 bilhões em 2050 (Edição de 2014 do relatório "Perspectivas da Urbanização Mundial" - *World Urbanization Prospects* - produzida pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais - DESA), combinado com o aumento da renda de expressivas parcelas da população, certamente pressionará a demanda por alimentos em várias partes do mundo. No mesmo período a população brasileira deverá aumentar dos atuais 203 milhões para 215 milhões. As oportunidades de crescimento da agropecuária brasileira continuam vinculadas, em grande parte, ao crescimento da demanda internacional, à expansão das exportações e ao acesso a mercados.

A atividade agropecuária no Brasil representa mais de 22% do Produto Interno Bruto (PIB) com mais de 30% de participação nas exportações nacionais, gerando emprego para 24% da população economicamente ativa, segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura - (CNA - Definido na Lei 8.171, de 17/01/1991, com as alterações introduzidas pela Lei 9.712,

de 20/11/1998). Além do alimento, o Brasil se destaca também na produção de outros bens para a população mundial, como as fibras e biomassa para energia renovável.

Em sua relação com clientes externos, o Brasil tem priorizado a transparência nas suas relações técnicas e de comércio, além da oferta de alimentos seguros, de qualidade e preço atrativo, o que o credenciou a ser hoje um dos principais fornecedores de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal em âmbito mundial. O aumento da produção interna de alimentos e a produção voltada ao mercado externo são resultados do investimento crescente em pesquisa, genética, nutrição, manejo, e, especialmente, Defesa Agropecuária.

Os objetivos da Defesa Agropecuária são assegurar a sanidade vegetal e animal, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária e a identidade e segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores (Definido na Lei 8.171, de 17/01/1991, com as alterações introduzidas pela Lei 9.712, de 20/11/1998).

Assim sendo, a continuidade da trajetória de sucesso do agronegócio brasileiro depende, invariavelmente, da existência de um Sistema de Defesa Agropecuária capaz de compensar as eventuais vulnerabilidades causadas pela extensão territorial brasileira, o número significativo de fronteiras internacionais, a diversidade climática e ambiental, a diversidade dos sistemas produtivos e os riscos de introdução e disseminação de pragas vegetais e doenças animais que podem comprometer as conquistas atuais.

No comércio internacional, o próprio destaque do Brasil como potência agropecuária pode suscitar o surgimento de seguidas tentativas de impor barreiras sanitárias aos seus produtos pelos competidores.

O conjunto desses fatores exige a manutenção de um Sistema de Defesa Agropecuária de alta credibilidade, que opere segundo os padrões de excelência e eficácia iguais ou superiores aos dos melhores do mundo e que deem segurança de que os produtos brasileiros atendam às expectativas dos mais exigentes mercados consumidores em termos de sanidade, inocuidade e qualidade.

A regulamentação do comércio internacional surgiu em 1947, com a aprovação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Esse Acordo representou um conjunto de obrigações e direitos relacionados ao comércio internacional, exemplo da cláusula de nação mais favorecida, pela qual toda vantagem, privilégio ou imunidade que um país conceda a um produto de origem ou com destino em qualquer outro país deve ser estendida, imediatamente e sem condicionantes, a todos os produtos similares originários ou com destino no território das demais partes contratantes; e as reduções de impostos sobre importações de mercadorias estrangeiras.

Além dessas determinações restou consignado o comprometimento dos países signatários não tomarem medidas que pudessem resultar em surgimento de barreiras injustificadas ao comércio internacional. Nesse sentido, incluiu-se a obrigação do tratamento nacional, ou seja, não discriminar os produtores nacionais dos importados presentes nos mercados nacionais, assim como as obrigações de não praticar dumping, de proibir as medidas de restrições quantitativas aos intercâmbios e de regular as subvenções, dentre muitas outras.

Entretanto, o comércio agrícola não foi incluído na negociação para liberalização comercial de mercadorias no GATT, o que fez com que a agricultura não se sujeitasse aos objetivos centrais de liberalização do sistema multilateral de comércio. Assim, os países mais protecionistas tenderam a regular a atividade comercial de forma a proteger o mercado produtor interno e a própria economia nacional da interferência do mercado externo. Surgiram então as

barreiras tarifárias, alíquotas adotadas em relação aos produtos oriundos de outros países com a finalidade de regular a atividade de importação, além de cotas, proibições e outras medidas restritivas.

Para atingir o objetivo de continua liberalização dos intercâmbios internacionais desencadeou-se, num período de 46 anos, um processo de rodadas de negociações comerciais multilaterais. Em 15 de abril de 1994, foi assinado por 123 países, na cidade de Marrakesh, no Marrocos, um Acordo Marco versando sobre a criação da OMC. O Acordo Agrícola (AA), assim como, o Acordo sobre Aplicações de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS - Sanitary and Phytosanitary Measures) passam a fazer parte dos 14 anexos do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O AA fixa as regras de comércio para o setor, estabelecendo, dentre elas, a submissão do setor agrícola às normas do GATT, estabelece um cronograma de redução dos subsídios às exportações e do apoio doméstico aos produtores, aspectos de tarifação (eliminando as cotas puras e gerando cotas tarifárias), consolidação e redução de todas as tarifas, e garantia de acesso mínimo ou corrente para produtos antes bloqueados pelo elevado nível de proteção. Definiram-se, ainda no AA, três pilares das negociações agrícolas: acesso a mercados, apoio interno e subsídios à exportação.

Outro marco para a agropecuária foi a criação do SPS, que se aplica a todas as medidas sanitárias e fitossanitárias que possam afetar o comércio internacional. Este Acordo garante aos países o direito de impor medidas sanitárias e fitossanitárias para a proteção da saúde humana, dos rebanhos e das plantas. Com relação aos comandos regulatórios, restou estabelecido que as normas referentes à:

- a) Inocuidade dos alimentos cabe à Comissão do *Codex Alimentarius*;
- b) Saúde animal, zoonoses e bem-estar animal cabe a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE);
- c) Sanidade vegetal cabe ao Secretariado da Convenção Internacional para Proteção Vegetal (CIPV); e
- d) Temas não mencionados acima são de competência de outras organizações internacionais abertas à participação de todos os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC).

As normas do Codex são de natureza recomendatória, ou seja, de cumprimento voluntário. Porém, em 1995, com a criação da OMC, e do SPS, as normas Codex ganharam o seu reconhecimento oficial. Isso porque o SPS reconhece que, em matéria de inocuidade dos alimentos, as normas Codex devem ser consideradas como referência internacional para os membros da OMC.

Portanto sempre que um país membro estabeleça uma medida mais restritiva que uma norma Codex, ele terá que justificar, com bases científicas, o motivo pelo qual a norma Codex não é suficiente para proteger a saúde de sua população.

Além das questões internacionais cabe ainda à Defesa Agropecuária definir a política sanitária e fitossanitária para o controle das pragas dos vegetais e das doenças dos animais que visem à sustentabilidade da produção agropecuária mesmo que essas pragas vegetais e doenças animais não sejam barreiras ao comércio internacional. Essa premissa faz com que a Secretaria de Defesa Agropecuária formalize políticas sanitárias que contribuam para a política agrícola nacional, como previsto em Lei (Lei 8.171/1990).



O conceito da sanidade das plantas e animais, da inocuidade dos alimentos e da qualidade dos insumos tem evoluído ao longo das últimas décadas. A agenda da defesa agropecuária, originalmente baseada na prevenção de perdas de produção por melhoria da proteção contra pragas vegetais e doenças animais, passou, com o tempo, a abranger noções mais amplas de qualidade e segurança alimentar, as atividades da Defesa Agropecuária devem sempre demonstrar respeito aos pilares da sustentabilidade, bem como a presença de resíduos químicos, incluindo métodos de aplicação e uso responsável.

Esta visão mais holística da Defesa Agropecuária fez com que os países, em especial os exportadores de alimentos, ajustassem e modernizassem seus sistemas de defesa voltando-se para as novas regras do jogo como, por exemplo, transformando sistemas baseados na inspeção do produto final em sistemas baseados na análise de riscos e controle de processos em toda a cadeia de produção, numa postura preventiva precedendo à corretiva.

A Defesa Agropecuária Brasileira, liderada pela Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA, vem buscando, nos últimos anos, se ajustar às novas demandas normativas, qualitativas e à crescente da demanda proveniente da expansão agropecuária e do comércio exterior.

Para isso é necessário fortalecer a Defesa Agropecuária, baseando-se nos seguintes princípios:

- Garantia da sanidade das plantas e animais, da inocuidade dos alimentos e da qualidade dos insumos agropecuários;
- Consideração pela segurança alimentar e desenvolvimento sustentável;
- Ações e decisões baseadas em inteligência - conhecimento e ciência;
- Utilização de análises de risco e análises de custo/benefício para fundamentar a ação regulatória.

O Brasil tem, também, vulnerabilidades associadas às fronteiras terrestres. São 10 países diferentes, vários deles com extrema fragilidade no controle das doenças e pragas e de suas fronteiras. A necessidade de restrição ou até impedimento do trânsito de pessoas e de mercadorias oriundas de determinadas regiões se contrapõem à realidade das políticas que o Brasil mantém de facilitar a integração econômica e social com os países da América do Sul. A solução a esse desafio passa por melhorar a vigilância das regiões de fronteira, pelo uso de maior inteligência analítica e por maior integração com as entidades correspondentes à SDA na América do Sul.

Criado através da Lei nº 9.712/98, o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (Suasa) busca, primordialmente, organizar de uma maneira sistêmica e racional todas as atividades compreendidas pela defesa agropecuária.

O SUASA é um sistema composto pelas instâncias Central e Superior, Intermediárias e Locais. A Instância Central e Superior representada pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e suas unidades nos estados, responde pelas atividades privativas do Governo Federal, de natureza política, estratégica, normativa, reguladora, coordenadora, supervisora, auditora, fiscalizadora e inspetora.

As Instâncias Intermediárias são responsáveis pela execução de natureza estratégica normativa, reguladora, coordenadora e operativa de interesse da União, Estados e Distrito

Federal. As Instâncias Locais respondem pela execução dos interesses da União, Estados e Distrito Federal e Municípios no âmbito de sua atuação.

Não se pode esquecer, nem tampouco relevar, o papel de protagonismo dedicado ao setor privado nesse sistema. São produtores rurais, processadores industriais, profissionais liberais, entidades de classes, sindicatos, enfim, todos os atores que atuam no segmento aos quais cabem um papel específico e um grau subjetivo de responsabilidade.

As demandas à SDA têm aumentado proporcionalmente ao crescimento do agronegócio brasileiro. Entretanto, sua estrutura não vivencia o correspondente investimento para acompanhar esse crescimento, ocasionando, em alguns casos, o seu atendimento inadequado. São múltiplas as causas, desde a redução de pessoal, à falta de sistemas informatizados (TI), à inadequação de equipamentos e tecnologias, desatualização e inadequação de comandos normativos, às restrições orçamentárias e financeiras.

Adicionalmente, a SDA, como parte da administração pública, é afetada por: a) alta rotatividade de seus dirigentes e da alta direção do MAPA, dificultando um planejamento nos prazos adequados, situação crítica para uma atividade que precisa de planos de trabalho com horizontes plurianuais (um plano de erradicação uma praga precisa ser desenhado para horizontes de décadas para ser exequível); b) extinção das funções críticas de planejamento, controle e avaliação; e c) pouco investimento em novas ferramentas de inteligência, investigação, análise de risco, e auditorias.

Para um trabalho em que conhecimento e ciência são preceitos básicos, são incipientes os meios institucionais para o financiamento de estudos e pesquisas que darão o suporte necessário à atividade e para o treinamento e a capacitação continuada de todo o pessoal envolvido no sistema.

Exemplos relativamente recentes de planejamento inadequado foram vivenciados na área de laboratórios, onde investimentos em infraestrutura e recursos financeiros para sua operação foram alocados, sem a devida compatibilização com o pessoal necessário.

Na área da tecnologia da informação, foram desenvolvidos inúmeros sistemas. Cada um visou sua área ou processo sem uma integração entre si, tornando complexo o acesso pelo usuário e elevando os custos associados à manutenção de sistemas múltiplos.

Em termos de organização institucional da Defesa Agropecuária a nível Federal, se percebe que existem competências coincidentes e duplicadas entre o nível central e estadual. Tanto a Secretaria quanto as DDA têm competências, dentre outras, de coordenar, acompanhar, orientar e avaliar as atividades de vigilância zoossanitária e fitossanitária; prevenir, controlar e erradicar doenças dos animais e pragas dos vegetais; implementar ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários. No caso das DDA, existe a ressalva de que as competências devem estar sempre alinhadas às diretrizes técnicas, metas e planejamento estratégico da SDA.

É importante notar que muito embora as DDA e Ultra sejam os braços operacionais da SDA, o Regimento do MAPA não prevê ligação funcional entre elas. Esse modelo de organização matricial do Sistema de Defesa Agropecuária no nível Federal tem demonstrado fragilidades, além de ineficiências na operacionalização das ações.

Existem aproximadamente 3.000 Auditores Fiscais Federais Agropecuários (AFFA) e quase 6.000 Fiscais Estaduais envolvidos nos processos de fiscalização, auditoria, supervisão,

inspeção e controle das atividades agropecuárias. Além desse efetivo oficial, existem ainda cerca de 40.000 profissionais privados entre Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários que foram capacitados e vêm desempenhando papel fundamental em assegurar a sanidade das plantas e animais, a inocuidade dos alimentos e a qualidade dos insumos agropecuários.

Apesar de existirem 49.000 profissionais dedicados, alguns problemas causados ou fortemente influenciados pelo modelo organizacional adotado pelo MAPA têm comprometido a eficiência das ações executadas pela Defesa Agropecuária. A alocação de pessoal do quadro diretamente nas Superintendências, apesar das ações a serem executadas não estarem limitadas pelas fronteiras da divisão política do Brasil, a má distribuição do pessoal e a ausência de uma política adequada para recomposição da força de trabalho do MAPA, é um grave problema a ser enfrentado.

Outro tema a ser avaliado é a composição do quadro técnico da Defesa Agropecuária. Com a criação da carreira de nível superior de Fiscalização, foi abandonada a contratação de técnicos de nível superior para outras atividades, hoje claramente necessárias, que dão de suporte à defesa agropecuária. Necessário ainda, aperfeiçoar e fortalecer as carreiras de fiscalização, criando maiores estímulos, desvinculados de cargos em comissão e, prever outras carreiras técnicas de nível superior para atividades de apoio ao trabalho da Fiscalização.

O tema do quadro de pessoal da Defesa Agropecuária precisa ser avaliado e repensado como um todo seja por atividade, especialização, nível central e/ou nível nacional, e não somente com a visão de incremento de quadro. Esta avaliação também deverá levar em conta que a revisão do marco legal da defesa, a modernização dos sistemas operacionais, e o uso de novos instrumentos para orientar ao trabalho (Análise de Risco) certamente afetarão o dimensionamento e qualificação do pessoal.

O orçamento médio nos últimos 15 anos dedicado à defesa agropecuária gira em torno de 260 milhões de reais (Quadro 3) suficientes apenas para manutenção das atividades. Esses recursos não permitem grande avanço no que diz respeito à erradicação de pragas e doenças, já que sair de etapa de controle para a de erradicação exige capacidade de planejamento, operativa e financeira hoje não disponível no sistema. Tampouco permitirá a implementação de atividades adicionais relacionadas a melhorias estruturais necessárias.

A legislação atual é fragmentada, dispersa e anacrônica, remontando ao início dos anos 1930. Este arcabouço jurídico, no âmbito federal, está composto por 12 Leis e mais de 150 normas. São comandos dispersos e que apresentam impropriedades que não se ajustam às tecnologias e às necessidades hodiernas. Isso a torna de difícil implementação, havendo falta de clareza nos limites de atuação e de competências dos entes federados, falta de parâmetros para sanções e responsabilidades dos entes fiscalizados e impossibilidade de cobrança das atividades federais na maioria dos serviços prestados.

Os ditames legais vigentes foram editados sob a égide da Constituição Federal de 1891 como, por exemplo, o Decreto nº 24.144, de 12 de abril de 1934, que regulamenta o serviço de Defesa Sanitária Vegetal, e o Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, que aprova o regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal. Decretos recepcionados pelas constituições de 1946, 1967 e 1988.

A legislação sanitária de produtos de origem animal foi concebida no ano de 1950, considerando a realidade das grandes estruturas e da produção de larga escala, buscando atender a crescente urbanização do pós-guerra. Pode-se considerar que neste período se acelera a mudança de paradigma, onde a produção muda de um modelo que a distribuição era local e



regional para modelos nacionais. E novo paradigma acontece a partir dos anos 80/90 com a globalização da produção e distribuição.

A fragmentação e anacronismo legal criam entraves operacionais, prejudicando o diálogo e a interação entre as instâncias do Suasa, dificultando a formulação de políticas e estratégias integradas e intersetoriais, além da melhoria permanente das ações. Em consequência, observam-se orientações diferenciadas e, muitas vezes conflitantes, nos diferentes níveis operacionais da defesa agropecuária e a dificuldade dos entes privados em manter a estabilidade nos negócios e previsibilidade das ações repercutindo de forma negativa, sobretudo na evolução do comércio internacional do agronegócio brasileiro.

Este cenário determina dúvidas sobre as responsabilidades dos diferentes atores, incluindo diferentes Ministérios, cria ruídos no poder legislativo e abre brechas para questionamentos constantes da Procuradoria Geral da República ações no judiciário, que reflete a instabilidade do ambiente regulatório.

Em uma interpretação sistêmica e diante do acúmulo de efeitos indesejáveis que o anacronismo das normas tem gerado, chega-se à conclusão que a revisão e adequação da base normativa agropecuária é urgentemente necessária. A reestruturação do arcabouço normativo da defesa agropecuária, ao promover a adequação jurídica à contemporaneidade, alinha-se com conceitos e práticas internacionais quanto a:

- Atenção à saúde animal e vegetal na estratégia de alimento seguro da fazenda à mesa e a idoneidade dos produtos, insumos e serviços agropecuários;
- Definição clara dos papéis de todos os intervenientes da agropecuária nacional;
- Responsabilidade para quem produz, com metodologia segura de autocontrole;
- Equidade no desenvolvimento da agricultura, independentemente da localização geográfica e do porte do empreendimento;
- Análise dos riscos (abrangendo a avaliação, gestão e comunicação dos riscos).

A reestruturação do arcabouço normativo da defesa agropecuária é um desafio imposto não só ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como a toda sociedade brasileira, por meio de uma conjugação de esforços e ações para a modernização da agropecuária nacional.

No que diz respeito aos programas técnicos, é necessário reconhecer que a maioria dos Programas e Projetos hoje existentes na Defesa Agropecuária não deveriam ser considerados como tal, já que em sua maioria não passam de uma organização institucional e normativa para dar suporte a processos administrativos vinculados ao controle de pragas vegetais e doenças animais. Tradicionalmente a organização por Programas ou Projetos na área de defesa agropecuária implica na existência de uma organização voltada à mudança de status quo da situação existente a desejada, com todo um aparato técnico de monitoramento, controle e avaliação, o qual permite decisões técnico-gerenciais de acordo as ameaças identificadas. No caso brasileiro, a decisão sobre mudança de status está delegada a estados e setor privado, o que torna mais difícil qualquer decisão sobre o controle de pragas e doenças. Importante notar que outros países organizados em sistemas federados, tem problemas similares e conseguiram avançar.

Deixando clara esta fragilidade básica e comum a todos os programas, se descreve a seguir alguns dos principais Programas e Projetos existentes na Secretaria de Defesa Agropecuária:

- Programa de Controle das Moscas das Frutas - PNCMF
- Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa - PNEFA
- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT
- Projeto de Erradicação da Peste Suína Clássica - PSC
Modernização dos Laboratórios do MAPA (LFDA).
- Vigiagro – Vigilância Agropecuária Internacional
- Gestão de bases de dados e a Plataforma de Gestão Agropecuária- PGA.

O Plano de Defesa Agropecuária (PDA) – uma visão estratégica

O diagnóstico apresentado no capítulo anterior deve ser considerado um resumo de várias avaliações levadas a cabo nos últimos anos, além de reuniões internas e com público externo.

Este diagnóstico deixa claro que são grandes os desafios distribuídos em várias frentes a serem atacadas de forma planejada e simultânea. O mais importante deste diagnóstico é resgatar a capacidade de planejar e desenvolver propostas concretas, com visões de curto, médio e longo prazo. A partir dele se desenvolve o Plano de Defesa Agropecuária, o qual deve ser considerado como um Plano Diretor da Defesa Agropecuária no Brasil. Ele identifica grandes eixos de trabalho e delinea programas, projetos, atividades e ações que devem ser desenvolvidos nos prazos indicados.

O PDA nunca será um instrumento estático ou fechado. Internamente suas prioridades poderão ser ajustadas em função de novas situações, mas sempre preservando a linha mestra de um Plano Diretor. Sua execução levará a um processo de transformação institucional, com um novo modelo de gestão que assegurará maior efetividade nos serviços prestados pela Defesa Agropecuária. Como exemplo das mudanças citam-se os novos arranjos internos com visão transversal das áreas de atuação da Secretaria. Isso possibilitará maior coordenação com os níveis estaduais e locais e com agências e associações do setor privado; revisão de normas; adaptação de processos; modernização de infraestrutura e equipamentos; e formação de recursos humanos para a tomada de decisões com base no conhecimento científico e análise de risco. Dessa forma, o Brasil contará com uma Defesa Agropecuária apta a fazer frente aos imensos desafios advindos do crescimento do setor e das oportunidades de expansão de mercados externos e com uma atuação preventiva e proativa em lugar de curativa e reativa.

O PDA tem como objetivo promover e implantar programas e ações de defesa agropecuária contribuindo com o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, possibilitando as garantias para a preservação da vida e da saúde humana e animal; do meio ambiente; da segurança alimentar; e do acesso a mercados. Busca o redesenho institucional, introduzindo ao mesmo tempo um novo modelo de gestão que garanta eficiência, eficácia e efetividade nos serviços prestados pela Defesa Agropecuária. Propõe o fortalecimento da ação conjunta nos níveis federal, estadual e local, particularmente nas ações que exijam a participação dos entes da federação de forma coordenada e com a participação de todos os envolvidos e a contribuição do setor privado, reforçando e estimulando todas as instâncias regionais e sub-regionais de cooperação e coordenação.

Empenha-se na atualização e adequação dos comandos normativos, adaptando procedimentos, modernizando a infraestrutura e adequando equipamentos; aperfeiçoando os

recursos humanos, e capacitando para a tomada de decisões com base no conhecimento científico e análise de risco.

Assim, o Brasil, dotado de autonomia e idoneidade técnica compatível com os requisitos da Defesa Agropecuária, estará apto a fazer frente aos imensos desafios advindos do crescimento do setor e das oportunidades de expansão de mercados externos.

Dada a complexidade de elaboração de um plano desta envergadura, o PDA é proposto para os próximos dez anos, onde serão executadas as seguintes etapas: (i) a primeira referente ao período de julho de 2015 a junho de 2016, compreendendo as mudanças na organização institucional da Secretaria, na implantação de novas áreas e instrumentos de gestão e no desenvolvimento de planos de ação para implementação de programas e projetos prioritários; e (ii) a segunda projeta-se até 2020, em consonância com o Plano Plurianual 2016-2019, baseando-se em princípios e desenvolvimento na modalidade de parcerias público-privadas quando possível; (iii) a terceira projeta-se até 2025, com ações ligadas à sustentabilidade do plano proposto.

Programas de controle e erradicação de pragas vegetais ou doenças animais são atividades contínuas e de longo prazo, e não se pode esperar que estejam concluídos nos cinco anos previstos para as primeiras duas etapas, salvo aquelas que já estavam em andamento e contam com os recursos orçamentários da União.

O PDA é organizado em seis eixos estratégicos. Para o alcance dos resultados pretendidos, as ações são traduzidas em projetos específicos cujo detalhamento preliminar foi construído e validado por uma equipe representativa de todas as Unidades Administrativas da SDA e traduzido em um plano de ação para o período 2016/17.

Os eixos são:

- 1) **Modernização e Desburocratização** - Este eixo focará nos temas relacionados a acelerar o processo de tornar a SDA numa organização voltada para resultados, que buscam atender as necessidades de seus clientes e a gestão governamental, com eficiência, eficácia e efetividade;
- 2) **Marco Regulatório** - Dentre os eixos norteadores do Plano de Defesa Agropecuária (PDA), encontra-se o Normativo, que prevê a revisão das normas legais que não mais se ajustam às tecnologias e às necessidades hodiernas e a adoção das boas práticas regulatórias na Secretaria de Defesa Agropecuária.
- 3) **Conhecimento e Suporte Estratégico** - A modernização da organização institucional e do arcabouço normativo é essencial para a necessária renovação da Defesa Agropecuária no Brasil, mas não suficientes para o enfrentamento dos desafios presentes e futuros. A defesa agropecuária atua sob o tripé de ciência, informação e análise de risco. Para isso, precisa ter a base de conhecimento técnico, científico e analítico que lhe permita ser a fiadora da segurança alimentar dos que consomem os produtos agropecuários (nacionais e importados) e também da sustentabilidade do setor mais dinâmico da economia nacional.
- 4) **Programas e Projetos Técnicos** - As principais atividades de defesa agropecuária estão alicerçadas em rotinas de trabalho organizadas a partir das ações diretas dos Fiscais Agropecuários e aquelas indiretas realizadas pelo setor privado conectado com o sistema de defesa. A estrutura de trabalho para operar a rotina das fiscalizações, inspeções e certificações deve estar adequada à

demanda do agronegócio. Esta etapa é obrigatória, considerado o compromisso do Brasil frente aos principais acordos e convenções internacionais que tratam de defesa agropecuária como a OIE, a CIPV e o *Codex Alimentarius*.

- 5) **Sustentabilidade** - No Eixo de Sustentabilidade estão concentradas as atividades que permitirão a Defesa Agropecuária operar de forma planejada e sustentável ao longo do tempo, sendo capaz de prover serviços de qualidade que assegurem a saúde da população e o acesso aos mercados, nacionais e internacionais. Uma Defesa que funcione nestes moldes permitirá ao setor produtivo brasileiro, que depende dos serviços prestados pela Defesa aumentar sua eficiência e produtividade.
- 6) **Avaliação e Monitoramento** - O Eixo Temático Monitoramento e Avaliação objetiva prover informações, de forma periódica e organizada, sobre a situação da execução do PDA e de avaliações intermediárias e final do Plano, para todas as suas partes interessadas: executivos e gerentes do MAPA, em especial da SDA, de organismos financiadores de projetos do PDA, e outros. Neste eixo temático será contemplada a construção e implementação de instrumentos e processos de coleta, armazenamento, análise e geração de informações que possibilitem o monitoramento da execução do PDA e sua consequente avaliação, baseado em métodos bem estabelecidos no mundo.

Imediatamente a partir da publicação do Plano de Defesa Agropecuária se põe em marcha vários dos projetos e propostas contidas no Plano. Seguem alguns exemplos nos vários eixos:

A) Nos Eixos de Modernização/Desburocratização e Marco Regulatório

O Decreto 8.492 de 4 de julho de 2015 promoveu uma alteração na organização da SDA. Foram criadas três Coordenações Gerais para tratar de temas de Gestão, Inteligência e Articulação Institucional. Ainda, foi criada uma quarta, a Coordenação Geral Laboratórios a qual passou a coordenar por linha de comando os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA), anteriormente ligados diretamente à Secretaria Executiva do MAPA. Essa foi uma alteração fundamental, criando uma Rede Laboratorial coordenada que propiciou o início de um amplo processo de melhorias, iniciado com um Planejamento Estratégico (BSC).

Em 2016 mais um passo foi dado na modernização da SDA. Com o Decreto 8.701 de 31 de março de 2016, foi alterada a estrutura do Departamento de Sanidade Animal (DSA) e do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), orientando a organização ao trabalho por processos. Na sequência, com o Decreto 9.067 de 31 de maio de 2017, o Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários (DFIP), o Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas e Coordenação Geral de Articulação Institucional foram alterados, assumindo responsabilidades anteriormente na Secretaria de Mobilidade Social e Cooperativismo. Por fim, o Decreto 9.250 de 26 de dezembro de 2017 verticalizou o Sistema de Inspeção Federal (SIF) coordenado pelo Dipoa e verticalizou a atuação do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), desvinculando-os das Superintendências Federais de Agricultura (SFA).

Em agosto de 2015 foi publicado o Manual de Boas Práticas Regulatórias da SDA. Ele foi concebido como forma de fornecer diretrizes e recomendações a serem observadas no processo de elaboração de regulamentos técnicos aplicáveis a produtos, serviços, bens e

procedimentos envolvidos com as atividades de defesa agropecuária, que impliquem em obrigações a terceiros.

Para auxiliar a implantação deste Manual, a SDA adotou como estratégia o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos (SISMAN). O SISMAN permitirá o acompanhamento de propostas específicas de atos normativos, desde a iniciativa e elaboração da minuta até a publicação e implementação. E também será possível monitorar toda a produção normativa da SDA, tanto pelos servidores quanto pelo público em geral, por meio da extração de relatórios em tempo real, segundo diferentes critérios (status de andamento, unidade responsável, tema, tipo de norma, origem da demanda etc.).

Em termos de modernização e desburocratização de serviços da defesa agropecuária, ainda há muito a ser feito. Para tanto, a SDA vem investindo em sistemas informatizados que auxiliem na execução de suas atividades, como a Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), o Sistema Informatizado de Gestão do Sistema de Inspeção Federal (SIGSIF, um dos módulos da PGA) e o novo Sistema Informatizado da Vigilância Agropecuária Internacional (SIGVIG 3.0). A estratégia é intensificar a modelagem e a automação dos processos, principalmente relacionados à inspeção, registros e autorizações, visando aumentar a eficiência dos serviços.

B) Eixo de Sustentabilidade

Ao longo do ano de 2017 foi realizado, ainda, um estudo para proposição de uma nova figura jurídica para a SDA. Foi proposto um novo modelo com capacidade de resposta aos desafios do agronegócio brasileiro, com possibilidade de gestão por resultados e de equivalência aos dos parceiros comerciais. Deste estudo resultou um Projeto de Lei (PL) com um novo modelo jurídico para a Defesa Agropecuária no nível federal e com um novo modelo de atuação da iniciativa privada. No nível federal, dividida em dois órgãos: uma Secretaria com autoridade similar à Receita Federal, englobando Sede e Estados, responsável pela regulação e execução das atividades com poder de polícia; e uma Organização de Direito Privado para executar as atividades sem poder de polícia. Ambas passarão a cobrar por serviços, sendo o organismo privado financiado por meio da cobrança de serviços. No caso da iniciativa privada está prevista a implantação de um programa de autocontrole e o reconhecimento de instituição para auditar o programa de autocontrole. Essa proposta obedece a uma lógica consolidada na maioria dos países com os quais o Brasil mantém laços comerciais. Essa lógica implica na independência técnica e na capacidade de gerir seus recursos humanos, financeiros e operacionais.

1.2. Problema específico a ser abordado

Com base nas ações previstas no PDA, mais especificamente no seu eixo 5 (Sustentabilidade), foi proposto o ProDefesa. O ProDefesa está concebido como uma operação mista (Projeto por Resultados e Cooperação Técnica) e tem um custo total de US\$ 200,0 milhões, sendo que US\$ 195,0 milhões seriam financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e US\$ 5,0 milhões seriam recursos de contrapartida nacional. O financiamento do Banco estaria dividido em uma parcela de US\$ 160 milhões, cujos desembolsos estarão condicionados ao cumprimento de certas metas acordadas com o organismo financiador e uma Cooperação Técnica no valor de US\$ 35 milhões.

O objetivo geral do ProDefesa é contribuir para o aumento da produtividade agropecuária e para o acesso a mercados nacionais e internacionais por meio do fortalecimento dos Serviços de Defesa Agropecuária (SSA) do País, com os objetivos específicos abaixo descritos. As ações previstas no ProDefesa para alcance dos objetivos específicos espelham o PDA nos seus eixos 1, 3, 4 e 6. São elas:

- 1) Melhorar o desempenho dos principais serviços da SDA;
- 2) Melhorar o controle de doenças e de pragas quarentenárias de grande impacto econômico, tendo como ponto central o controle da Mosca da Carambola (MDC), da Febre Aftosa (FA) e da Peste Suína Clássica (PSC);
- 3) Apoiar a implementação do eixo de Conhecimento e Inteligência em Defesa Agropecuária, do Plano de Defesa Agropecuária-PDA; e
- 4) Elaborar um sistema de acompanhamento e de avaliação do Programa e fortalecer as capacidades do MAPA para realizar o acompanhamento e a avaliação de seus Serviços de Defesa Agropecuária.

O empréstimo de US\$ 195 milhões será desembolsado em 5 anos com recursos já previstos no orçamento do MAPA. O ProDefesa é estruturado em quatro componentes, envolvendo duas modalidades de financiamento: um empréstimo por resultados (US\$ 160 milhões) e um empréstimo na modalidade cooperação técnica (US\$ 35 milhões). Conta ainda com a contrapartida do MAPA (US\$ 5 milhões).

Os componentes do ProDefesa são:

Componente 1. Melhoria da eficiência dos serviços de defesa agropecuária (Eixo #1 do PDA) - (US\$ 23 Milhões) - Este componente terá como resultados melhorias no desempenho dos serviços da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), conforme detalhamento dos subcomponentes a seguir. Tem como foco principal desenvolver os Projetos que permitam tornar a SDA numa organização voltada para resultados, que buscam atender as necessidades de seus clientes e a gestão governamental, com eficiência, eficácia e efetividade, tendo como resultado a melhora na prestação de Serviços da Defesa Agropecuária. Isso será alcançado mediante atualização normativa, mudanças de processos, modernização tecnológica e capacitação dos funcionários encarregados de cada um dos temas. Incorpora quatro projetos selecionados pela SDA. O principal critério é a redução da burocracia e do custo operacional com a melhoria dos processos envolvidos nos serviços para tornar mais competitiva a produção brasileira nos diversos mercados. Os quatro projetos selecionados são: (i) Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA), para melhoria de Melhoria da Eficiência dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA); (ii) Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional-Vigiagro para melhoria da Eficiência da Prestação de Serviços em Portos e Aeroportos; (iii) Melhora dos serviços de inspeção, registros e autorizações para melhoria da Eficiência dos Serviços da Defesa Agropecuária; e (iv) Implementação de Boas Práticas Normativas para reduzir o tempo médio de elaboração e de publicação de normas e regulamentos da SDA.

Componente 2: Controle e erradicação de pragas e de doenças (Eixo 4 do PDA) (US\$ 137 Milhões) - O objetivo desse componente é melhorar o controle de doenças e de pragas

quarentenárias de grande impacto econômico, tendo como ponto central o controle da Mosca da Carambola (MDC), da Febre Aftosa (FA) e da Peste Suína Clássica (PSC). As doenças animais e pragas vegetais são uma constante na produção agropecuária, situação que eleva custos de produção, cria riscos à saúde pública, pode criar problemas ambientais e impossibilitar a comercialização de produtos nos mercados interno e externos. As ameaças das doenças e das pragas são cada dia maiores, principalmente pelo comércio internacional e deslocamento de pessoas dentre as várias regiões do mundo. Dependendo do estágio da doença ou das pragas, pode-se buscar sua erradicação, seu controle com objetivo de convivência, ou múltiplas etapas entre situações controle e erradicação. A SDA trabalha com uma série de Programas de vigilância, controle ou erradicação de pragas e doenças. Para compor o ProDefesa foram selecionados três projetos: Mosca da Carambola, Febre Aftosa e Peste Suína Clássica. Para essa seleção foram considerados parâmetros tais como a importância para a economia do país, a experiência e a familiaridade das SDA com o tema, a organização já existente para a sua execução, incluindo a participação dos stakeholders.

Componente 3: Conhecimento e inovação para a defesa agropecuária do futuro (US\$ 35 Milhões) - O objetivo deste componente é apoiar a implementação do eixo de Conhecimento e Inteligência em Defesa Agropecuária, do Plano de Defesa Agropecuária - PDA. As ações estratégicas e de inovação deste componente apoiarão e complementarão as atividades dos Componentes 1 e 2. Este componente será financiado com recursos de Cooperação Técnica destacados no Programa para o fortalecimento institucional da SDA. Diferentemente dos Componentes 1 e 2, descritos anteriormente, o desembolso dos recursos atribuídos a este componente não estarão sujeitas ao cumprimento das metas de resultados parciais e final acordados com o BID. Por outro lado, a execução obedecerá estritamente aos Planos Operativos Anuais acordados com o BID, e às regras de aquisições e de monitoramento e supervisão do BID. Uma proporção importante dos custos deste componente está constituída por estudos e atividades que serão realizados por intermédio de consultorias especializadas, com o apoio irrestrito da equipe técnica da SDA. Serão, ainda, orientadas por instâncias formais já estabelecidas na SDA, como a Coordenação Geral de Inteligência e Estratégia (CGIE), Coordenação Geral de Laboratórios (CGAL), Coordenação Geral de Gestão de Operações (CGOP) e o Comitê Científico e supervisionadas pelo Comitê Executivo de Gestão (CEG). Os subcomponentes previstos envolvem (i) a realização de estudos estratégicos para a Defesa Agropecuária; (ii) o desenvolvimento de competências; (iii) o desenvolvimento de um sistema de inteligência estratégica; (iv) o apoio à pesquisa e desenvolvimento, e (v) a constituição de um parque tecnológico. Todos focados no tema "defesa agropecuária".

Componente 4: Acompanhamento, avaliação e aprendizagem (Eixo 6 do PDA) - (US\$ 5 Milhões) - O Monitoramento e a Avaliação buscam prover informações, de forma periódica e organizada, sobre a situação de execução dos projetos do presente Programa. Subsidiarão a tomada de decisão dos gestores do ProDefesa ao longo do período do projeto. É importante ressaltar que o desenvolvimento deste componente possibilitará, também, sua aplicação nas ações de monitoramento e avaliação do PDA e de demais atividades da SDA. As ações deste componente devem atender as necessidades dos gestores e técnicos da SDA, MAPA e de outras instituições participantes ou interessadas em temas relacionadas com a defesa agropecuária e, ainda, preencher os requerimentos da instituição financeira internacional que financiará,



parcialmente, o Programa. O Sistema de Monitoramento e Avaliação, a ser implantado, trabalhará em dois níveis: (a) primeiro nível, de gestão geral do Programa, e, (b) segundo nível, de gestão individualizada dos projetos e demais atividades relacionadas ao Programa. É importante ressaltar que ambos níveis de gestão devem contar com apoio intensivo de ferramentas de tecnologia da informação (TI) para construção e implementação de instrumentos informatizados para os processos de coleta, armazenamento, análise de dados e de geração de relatórios específicos para os diversos níveis decisórios envolvidos na gestão e execução (gerentes, executivos, etc.) do ProDefesa. O Sistema deverá prever a elaboração de relatórios informativos ou analíticos, diferenciados para cada público (gestores do Programa, autoridades do MAPA e outros ministérios, organismo financiador, dentre outros) e deverá ser desenvolvido considerando a perspectiva de sua aplicabilidade em outros ambientes como o PDA e o PPA.

Este PCT abordará, especificamente, a implementação do componente 3. As ações estratégicas e de inovação deste componente apoiarão e complementarão as atividades dos Componentes 1 e 2; incluindo o desenvolvimento da assistência técnica, das capacidades, dos conhecimentos e das inovações do sistema de defesa agropecuária, e a definição de estratégias para os serviços da defesa agropecuária frente aos futuros desafios, dentre eles, os efeitos das mudanças climáticas.

2. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO IICA E ENQUADRAMENTO NO PLANO DE MÉDIO PRAZO

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), organismo especializado em agricultura do sistema interamericano, foi fundado em 1942 e tem sua Sede Central em San José, Costa Rica. Constitui uma rede de alcance hemisférico, com 18 países observadores e representações em 34 países das Américas, além de um escritório na Europa, localizado em Madrid.

O IICA busca atuar no fortalecimento institucional para dotar os países de instituições capacitadas a superar seus desafios e alcançar objetivos e metas de desenvolvimento sustentável e de bem-estar rural.

Por ser considerado um organismo de cooperação técnica comprometido com o desenvolvimento rural sustentável das Américas, promove um esforço permanente de reposicionamento institucional, a fim de acompanhar as mudanças no contexto internacional e nacional e enfrentar os novos desafios da agricultura e do meio rural contemporâneo para atender a demanda dos países-membros.

A missão do IICA, determinada por seu mandato institucional, está definida da seguinte forma: "estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados Membros para atingir

seu desenvolvimento agrícola e bem-estar rural”, na qual o Instituto alcança “por meio de uma cooperação técnica internacional de excelência”.

O IICA tem como visão ser uma instituição moderna e eficiente apoiada em uma plataforma de recursos humanos e processos capazes de mobilizar os conhecimentos disponíveis na região e no mundo para alcançar uma agricultura competitiva, inclusiva e sustentável, aproveitando as oportunidades para contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento e promover maior bem-estar rural e a gestão sustentável do seu capital natural. Com ampla experiência em temas como tecnologia e inovação para a agricultura, sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos, agronegócios, comércio agropecuário, desenvolvimento rural, gestão dos recursos naturais e capacitação.

Nesse espírito, o presente projeto configura-se como um instrumento eficaz de cooperação técnica e coincide com as diretrizes da ABC/MRE. Segundo esta Agência de Cooperação, para que a cooperação técnica contribua efetivamente para os objetivos a que se propõe, é necessário que o planejamento de ações a serem implementadas seja consistente, no sentido de buscar com que o trabalho desenvolvido realmente apresente os impactos positivos almejados. E complementa que, um dos instrumentos mais importantes de esclarecimento do escopo do trabalho, por meio do qual se solicita a cooperação técnica é o documento de projeto. É por meio dele que são transmitidas informações básicas sobre os objetivos a serem atingidos, os meios necessários e os prazos de execução previstos entre outros dados.

O IICA define PCT como um instrumento de alinhamento das ações que desenvolve em favor da execução do seu Plano de Médio Prazo.

O Plano de Mediano Prazo do IICA é o documento que estabelece o vínculo entre os desafios que a agricultura das Américas enfrenta e os projetos e ações que o IICA pretende desenvolver até o ano de 2020. Todo o seu conteúdo, está harmonizado com os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e agrupou-se em torno dos quatro objetivos estratégicos definidos no plano estratégico 2018-2022: 1) Aumentar as contribuições do setor agropecuário ao crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável; 2) Contribuir com o bem-estar dos habitantes nos territórios rurais; 3) Melhorar o comércio internacional e regional dos países da região; 4) Aumentar a resiliência dos territórios rurais e os sistemas agroalimentares aos eventos externos.

O IICA, em apoio aos quatro objetivos estratégicos, implementa cinco programas de ação hemisférica: 1. Bioeconomia e desenvolvimento produtivo, 2. Desenvolvimento territorial e agricultura familiar, 3. Comércio internacional e integração regional, 4. Mudança climática,

recursos naturais e gestão de riscos produtivos e 5. Sanidade agropecuária, inocuidade e qualidade dos alimentos e; dois temas transversais: 1. Gênero e juventude e 2. Inovação e tecnologia e gestão do conhecimento serão coordenadas e integradas.

1- Experiência prévia da Cooperação técnica entre o IICA e o MAPA

O MAPA tem, atualmente, dois Projetos de Cooperação Técnica com o IICA que contribuem com a Defesa Agropecuária, em execução e destacados.

O PCT Modernização da gestão estratégica do MAPA para aperfeiçoar as políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e competitividade do agronegócio, de 2015, objetiva contribuir para a atuação estratégica do MAPA, por meio de uma gestão orientada para resultados, permitindo formular e implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira, por meio da modernização e aperfeiçoamento de seus processos e do fortalecimento de sua atuação na salvaguarda da oferta de alimentos seguros. É conduzido sob responsabilidade da Secretaria Executiva do MAPA.

O PCT Projeto de cooperação técnica internacional para o Fortalecimento do Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária, de 2013, tem por finalidade, fortalecer o sistema brasileiro de Defesa Agropecuária, mediante o aperfeiçoamento das ações públicas e privadas que visam assegurar o alimento seguro, a sanidade dos animais e vegetais, e a idoneidade dos insumos usados nas atividades agropecuárias, salvaguardando o abastecimento interno e a saúde pública, além de promover a competitividade das exportações de produtos agropecuários, circunscritas à competência do IICA, nos termos constantes do PCT.

2) Organismo Internacional com Expertise em agricultura

3) Organismo Internacional que pode viabilizar de modo mais ágil contratação de expertos do exterior.

3. CENÁRIO FINAL ESPERADO

Originalmente, o conceito de defesa agropecuária se baseava na prevenção de perdas de produção por meio da melhoria da proteção contra pragas vegetais e doenças animais. Com o tempo, a defesa agropecuária passou a abranger noções mais amplas de qualidade e segurança alimentar, de respeito aos pilares da sustentabilidade (ambiental, social, sanitária e econômica e bem-estar animal), a utilização dos conceitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Esta visão da defesa agropecuária fez com que os países começassem a mudar seus



sistemas de inspeção sanitária, baseados na inspeção do produto final, para sistemas baseados na análise de riscos e controle de processos em toda a cadeia de produção, ou seja, o foco da inspeção sanitária passou a ser preventivo.

Muito embora o governo brasileiro esteja ciente da importância do investimento no Sistema de Defesa Agropecuária, o esforço aferido até o momento permite apenas manter o nível atual de qualidade dos serviços, sem que seja possível adotar a devida e necessária promoção de avanços técnicos e científicos, compatíveis com as crescentes exigências dos mercados interno e externo. As avaliações realizadas pelo MAPA indicam que o Sistema de Defesa Agropecuária brasileiro apresenta sinais do que poderia ser descrito como uma “crise de crescimento”, causada pelo crescimento exponencial da produção agropecuária e do comércio internacional brasileiros (exportação/importação).

Nos próximos anos, esta crise tende a aumentar caso não sejam realizados os investimentos necessários. Há projeções sobre a produção e exportação dos produtos de origem agrícola e pecuária do Brasil para os próximos 10 anos. Esse crescimento é previsto, considerando-se os cenários na ausência de choques exógenos relevantes, como quebras de safra por novas pragas exóticas introduzidas ou uma crise sanitária animal. A projeção para frango e carne suína, nos próximos 10 anos foi estimada em, respectivamente, 34,7% e 35% acumulado. Igualmente promissora são as previsões de aumento das exportações dos principais produtos agroindustriais exportados, que no período, segundo o estudo do MAPA, varia de 16,9% para o suco de laranja a 47,2% de crescimento acumulado para exportações de lácteos.

Esta realidade, somada às projeções de crescimento do setor e as oportunidades de expansão de mercados externos, demonstra a necessidade de se dar um salto qualitativo no sistema de defesa agropecuária para enfrentar os desafios que se apresentam, com base nos seguintes princípios: (i) garantia da sanidade das plantas e animais, da inocuidade dos alimentos e da qualidade dos insumos agropecuários; (ii) consideração pela segurança alimentar e desenvolvimento sustentável; (iii) ações e decisões baseadas em conhecimento e ciência; e (iv) utilização de análises de risco e análises de custo/benefício para fundamentar a ação regulatória.

Como um elemento adicional, o Brasil tem muitas vulnerabilidades naturais, como fronteiras terrestres com 10 diferentes países, vários deles com extrema fragilidade no controle das doenças e pragas que afetam a agropecuária. A necessidade de restringir ou até impedir o trânsito de pessoas e mercadorias oriundas de determinadas regiões se contrapõem à realidade das políticas que facilitam a integração econômica e social com os demais países da América do Sul. A solução a esse desafio requer melhorar a vigilância das regiões de fronteira, o uso de

maior inteligência analítica e maior integração com as entidades correspondentes à SDA nos demais países da América do Sul.

A literatura sobre avaliações de projetos similares demonstra que investimentos em prevenção e controle tem retornos altos para a economia e a sociedade. Alguns exemplos recentes dos efeitos socioeconômicos ocasionados pela entrada de uma doença quarentenária e atribuídos a fragilidade do sistema de vigilância são: (i) a eclosão de um foco de febre aftosa, em outubro de 2005, no Mato Grosso do Sul que ocasionou grandes prejuízos para os produtores e para as exportações de produtos pecuários do país. Nessa ocasião, foram sacrificados quase 78 mil cabeças de gado, os preços da arroba de carne do mercado da região afetada (MS, SP, PR) caiu de cerca de R\$ 63,50 para R\$ 54,00 e mais de 30 países deixaram de comprar a carne brasileira. A exportação brasileira de carne foi imediatamente afetada, caindo de US\$ 270 milhões em setembro de 2005, a US\$ 154 milhões de outubro do mesmo ano (*Beefpoint* - 18/11/2005). Além disso, houve necessidade de amparar a população da região afetada mediante a criação de frentes de trabalhos e Bolsa Alimentação para apoiar a população desempregada, prorrogação de dívidas dos pecuaristas junto ao Banco do Brasil, entre outros. (ii) outro exemplo, mais recente, é o da *Helicoverpa armigera*, que na safra 2012/13 foi identificada no Brasil, causando prejuízos significativos para algodão, soja e que se estendeu a outras culturas, em várias regiões, e evidencia a relação do risco fitossanitário com o risco econômico e a necessidade de um sistema ágil e bem sólido de identificação de riscos e de implantação dos planos emergenciais. Na safra 2012/13, as pulverizações extras, decorrentes dessa lagarta, na soja do Oeste da Bahia, representaram sozinhas 7,4% do custo operacional do produtor, segundo dados do Cepea. Segundo o IMEA somente naquela safra, as perdas somaram R\$ 1 bilhão para a soja mato-grossense e R\$ 2 bilhões no algodão da Bahia. Aumentos nas pulverizações com inseticidas e seus reflexos no custo de produção foram relatados nesses dois estados, mas também no PR e GO. A inexistência de produtos registrados à ocasião e o uso de inseticidas em doses fora das recomendadas, geraram perda da eficiência de seu controle, necessidade de importação emergencial, entre outras decorrências apontadas na literatura desse período.

No caso do ProDefesa, foi realizada uma análise econômica *ex-ante* para avaliar a viabilidade econômica do programa proposto. Os benefícios são derivados da maior eficiência nos processos da SDA e no controle de pragas e doenças e são estimados como: (i) as perdas evitadas nas exportações de produtos de origem bovina e suína, devido à manutenção do estatuto de país livre de doenças de alto impacto, como AF e CFP; (ii) as perdas evitadas na exportação de frutas, como resultado da prevenção expansão do MDLC; e (iii) a mais alta



eficiência na SDA. A análise considerada um horizonte de 20 anos e uma taxa de desconto de 12%. O programa é considerado economicamente viável com uma Taxa Interna de Retorno Econômico (TIRE) de 30% e com um valor presente líquido de US \$ 220 milhões. O detalhamento desta análise se encontra disponível nos arquivos do Projeto.

4. BENEFICIÁRIOS

Em vista dos variados temas abarcados, toda a sociedade brasileira seria beneficiária do PROGRAMA. De um lado, os produtores da cadeia agropecuária seriam beneficiados por melhorias nas condições de produção e comercialização mediante a modernização e fortalecimento legal, institucional e normativo, assim como a agilização dos trâmites e burocrático, dentre outros. Por outro lado, a população será beneficiada pela oferta de produtos de melhor qualidade, pelo fortalecimento das instituições e métodos de controle sanitário de vegetais, de produtos animais e de insumos utilizados na cadeia de produção agropecuária, o que reduzirá os riscos de ingestão de produtos agropecuários contaminados. Por fim, o país será beneficiado pelo reconhecimento internacional da excelência de suas ações em Defesa Agropecuária. Isto decorreria do controle da qualidade dos produtos exportados e da segurança do sistema produtivo brasileiro pelo uso de instrumentos de inteligência com suporte científico de ponta.

5. OBJETIVOS E RESULTADOS DO PCT

5.1. Objetivo de Desenvolvimento

O objetivo de desenvolvimento com o qual está alinhado este Projeto de Cooperação Técnica é fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária, mediante o aperfeiçoamento das ações públicas que visam assegurar o alimento seguro, a sanidade dos animais e vegetais, e a idoneidade dos insumos usados nas atividades agropecuárias, salvaguardando o abastecimento interno e a saúde pública, além de dar suporte às políticas públicas de acesso a mercados nacionais e internacionais, produtividade e sustentabilidade do sistema produtivo brasileiro por meio do fortalecimento dos serviços de defesa agropecuária do país, nos termos constantes do PCT.

5.2. Objetivos Imediatos e Produtos

Os objetivos imediatos e produtos estão alinhados ao objetivo e subcomponentes do componente 3 do ProDefesa, de acordo com o estabelecido no Contrato de Empréstimo assinado entre o Governo do Brasil e o BID.

5.2.1. Objetivo imediato 1: Desenvolver Estudos Estratégicos para a Defesa Agropecuária Federal.

Subcomponente Modernização da Secretaria de Defesa Agropecuária. Apoiará o processo de modernização da SDA por meio do financiamento de estudos, que terão como finalidade apoiar as seguintes ações estratégicas: (i) aplicar um novo modelo de gestão institucional, com redefinição de manuais de procedimentos, ajuste ou redesenho de sistemas informatizados, capacitação e consultorias; (ii) fortalecer a ação conjunta e coordenada dos entes federais, estaduais e municipais e destes com o setor; e (iii) atualizar e adequar instrumentos legais e normativos, com a adequação de procedimentos e equipamentos.

Produtos previstos relacionados ao objetivo imediato 1- subcomponente Modernização da Secretaria de Defesa Agropecuária Federal:

- 1.1 Estudos para Melhoria da Eficiência dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA).
- 1.2 Estudos para melhoria da eficiência na prestação de serviços em portos e aeroportos relacionados à Vigilância na entrada e saída de cargas do comércio internacional de produtos agropecuários.
- 1.3 Estudos para melhoria da eficiência dos serviços da Defesa Agropecuária relacionados aos processos de Inspeção de produtos agropecuários, Registro e gestão
- 1.4 Estudos para estruturação e implantação de boas práticas regulatórias
- 1.5 Estudos e avaliações técnicas sobre o controle, erradicação e manutenção do status sanitário e fitossanitário

- 1.6 Estudos com foco na modernização estratégica da defesa agropecuária nacional com base em análises de riscos, em epidemiologia animal ou vegetal dentre outros elegidos pela SDA como estratégicos.

5.2.2. Objetivo imediato 2: Desenvolver Competências em Defesa Agropecuária.

Subcomponente Desenvolvimento de Competências. Serão financiados: (i) cursos de curta duração desenvolvidos em parceria com universidades brasileiras e estrangeiras e (ii) Programa *Excellentia*, com cobertura de custos para profissionais que desenvolvam trabalhos específicos nas universidades, nos centros de pesquisa ou nas instituições de defesa agropecuária no Brasil ou no exterior.

Produtos previstos relacionados ao objetivo imediato 2 – Subcomponente Desenvolvimento de Competências:

- 2.1 Estudos para o desenho, estruturação e desenvolvimento de um Modelo de Gestão de Competências realizados.
- 2.2 Programa *Excellentia* implementado.
- 2.3 Programa de capacitação de curta duração implementado.
- 2.4 Capacitação de equipes das áreas técnicas da SDA nos processos melhorados e nos novos modelos de gestão e processos implementados.
- 2.5 Capacidades fortalecidas nos Programas Nacionais de Controle de Doenças Animais; Pragas Vegetais; Inocuidade e Qualidade de Alimentos.

5.2.3. Objetivo Imediato 3: Aprimorar o Sistema de Inteligência Estratégica do MAPA.

Subcomponente Conhecimento e inteligência. Tem como propósito agregar informação e conhecimento de maneira contínua, por meio do financiamento da implementação de um sistema integrado de vigilância e de informação (Sistema de Inteligência como base da Defesa Agropecuária - Ieda), que gerenciará informações estratégicas para apoiar a tomada de decisões, centralizando todos os dados existentes em outros sistemas automatizados da Defesa Agropecuária. A execução desse subcomponente apoiará também a integração do Ieda com o sistema de inteligência do MAPA.

Esse subcomponente será complementar às atividades que serão executadas diretamente pelo MAPA, como a aquisição de infraestrutura e desenvolvimento do sistema propriamente dito.

Produtos previstos relacionados ao objetivo imediato 3:

- 3.1. Estudos para o desenvolvimento do Modelo de Inteligência estratégica em defesa agropecuária (IEDA) e sua integração com o sistema de inteligência do MAPA desenvolvidos.
- 3.2. Sistema IEDA modelado, proposto e implementado.



5.2.4. Objetivo Imediato 4: Desenvolver os instrumentos de constituição do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária.

Subcomponente Parque Tecnológico. Este subcomponente financiará estudos para avaliar a viabilidade de promover a formação de um Parque Tecnológico no campus do LFDA de Minas Gerais.

Produtos previstos relacionados ao objetivo imediato 4:

4.1 Estudos necessários para a constituição jurídica, gestão, governança e propriedade intelectual do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária propostos e desenvolvidos.

5.2.5. Objetivo Imediato 5: Realizar estudos de monitoramento e avaliação relacionados aos indicadores de desempenho do ProDefesa.

Produtos relacionados ao objetivo imediato 5:

5.1. Estudos de monitoramento e avaliação dos Indicadores de desempenho do ProDefesa realizados.



6. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

6.1. Visão geral da estratégia de desenvolvimento do PCT

A estratégia de desenvolvimento considera que o PCT será executado em 60 meses e sua operacionalização deverá permitir que a SDA implemente o ProDefesa, mediante o aperfeiçoamento das ações públicas que visam assegurar o alimento seguro, a sanidade dos animais e vegetais, e a idoneidade dos insumos usados nas atividades agropecuárias, salvaguardando o abastecimento interno e a saúde pública, além de dar suporte às políticas públicas de acesso a mercados nacionais e internacionais, produtividade e sustentabilidade do sistema produtivo brasileiro por meio do fortalecimento dos serviços de defesa agropecuária do país.

Os trabalhos, executados no âmbito do PCT, obedecerão às diretrizes que possibilitem sua coordenação e integração ao objetivo de desenvolvimento preconizado, tido como referência comum a todos os objetivos imediatos, resultados e seus desdobramentos.

As ações serão desenvolvidas de forma conjunta, envolvendo a equipe da SDA/MAPA e consultorias especializadas prestadas por pessoas físicas ou jurídicas nacionais e estrangeiras que venham a ser contratadas por produto pelo IICA, com o recrutamento e a seleção da SDA/MAPA, de forma a garantir a eficácia e a continuidade das intervenções, durante e após a vigência da cooperação.

O PCT, em sua operacionalização, contará com um Diretor Nacional do Projeto e um Coordenador Técnico, indicados pelo MAPA e um Supervisor de Projeto apontado pelo IICA, os quais serão os responsáveis pelo direcionamento de esforços para que, de forma integrada e complementar, os objetivos imediatos e de desenvolvimento sejam plenamente alcançados.

Na operacionalização do PCT, serão observados:

- a) Elaboração pelo MAPA e o IICA e execução de Planos Operativos Anuais (POA), incluindo as atividades previstas para serem realizadas anualmente no marco do PCT, contendo: análise da situação e justificativa do produto; objetivos e metas previstas; ações básicas a desenvolver; proposição de metodologia do trabalho, com destaque para: discriminação e quantificação dos recursos materiais, financeiros e humanos necessários; cronograma; resultados a serem gerados; e benefícios esperados.
- b) Os produtos e atividades que constituirão o POA servirão de base técnica para o acompanhamento e avaliação dos trabalhos da cooperação do IICA, em cada ano;
- c) Os produtos serão elaborados por consultores – pessoas físicas ou jurídicas - contratadas pelo IICA, de acordo com as especialidades requeridas e as normas vigentes, tendo como contraparte, pessoal técnico designado pela SDA;
- d) O IICA será responsável pela contratação e acompanhamento dos trabalhos das consultorias, com a colaboração da SDA, como contraparte técnica, no acompanhamento de sua execução.



- e) A contratação e o desenvolvimento do trabalho de consultores serão objeto de permanente monitoramento e supervisão por parte da coordenação técnica e inscrever-se-ão num processo que pode ser resumido da seguinte maneira: elaboração ou ajuste dos termos de referência; identificação de especialistas; seleção e contratação do consultor; supervisão e avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelo consultor; e apresentação de relatórios técnicos circunstanciados (produtos ou subprodutos), conforme os termos de referência.

6.2. Com relação ao objetivo imediato 1

Serão financiados estudos dirigidos a temas estratégicos para a modernização da Defesa Agropecuária em seus aspectos institucionais e técnicos. Os estudos também apoiarão e complementarão as atividades dos Componentes 1 e 2. Tendo em vista a amplitude da atuação da Defesa, não se buscou pré-identificar todos os possíveis estudos que poderão ser necessários durante os 60 meses na execução do componente 3 do ProDefesa. Anualmente será apresentado ao BID um Plano Operativo onde estarão identificados os estudos previstos para o ano subsequente.

Deverão ser realizados um mínimo de 10 estudos que terão como foco principal tornar a SDA uma organização voltada para resultados e que busca atender as necessidades de seus clientes com eficiência, eficácia e efetividade, tendo como resultado a melhora na prestação de Serviços da Defesa Agropecuária. Abarcará, dentre outras coisas, a: (a) atualização de processos, de seus comandos normativos e sua implantação; (b) modelagem e implantação dos novos processos automatizados; e (c) capacitação de pessoal nos novos processos.

6.3. Com relação ao objetivo imediato 2

Essa iniciativa tem por objetivo subsidiar o desenvolvimento de competências para o alcance dos objetivos estratégicos da SDA.

O Programa de Desenvolvimento de Competências da SDA implementado, será composto dos seguintes itens:

- a) Programa *Excellentia*
- b) Programa de capacitação de curta duração
- c) Programa de pós-graduação *Strictu Sensu*

O conceito de competência utilizado no MAPA, que norteia as ações de Gestão por Competências, é o conjunto de comportamentos emitidos no ambiente de trabalho passíveis de observação e mensuração por gestores e pares. Portanto, competência, em uma abordagem analítico comportamental, referencial teórico deste trabalho, é a própria interação entre aquilo que o indivíduo faz e os eventos antecedentes e consequentes.

De acordo com a metodologia adotada pelo MAPA, foram identificados dois tipos de competências: as transversais e as específicas. Elas se subdividem conforme categorias a seguir:

TRANSVERSAIS ORGANIZACIONAIS: Referem-se aos atributos ou capacidades da organização que geram integração dos recursos, habilidades e processos organizacionais, interagindo com as estratégias e com a cultura organizacional. Contribuem para a geração de valores e formação de diferenciação frente às demais organizações. Ex.: ética e transparência, proatividade, etc.

TRANSVERSAIS ADMINISTRATIVAS: Comuns a toda Administração Pública Federal, voltadas ao serviço burocrático. Ex: redação de documentos oficiais, análise de processos, arquivamento e tramitação de processos, etc.

TRANSVERSAIS GERENCIAIS: Comuns a toda Administração Pública Federal, voltadas para liderança e coordenação de equipes. Ex: delegar tarefas, oferecer devolutivas a respeito do desempenho do servidor, acompanhar o trabalho de sua equipe.

TRANSVERSAIS PESSOAIS: Comuns a toda Administração Pública Federal, voltadas para liderança e coordenação de equipes. Ex: delegar tarefas, oferecer devolutivas a respeito do desempenho do servidor, acompanhar o trabalho de sua equipe.

ESPECÍFICAS: Referem-se aos conhecimentos específicos de um setor ou unidade. Ex: auditorias e fiscalizações. Este deve possuir competências para, por exemplo, integrar comitês de auditoria ou programar e realizar fiscalizações.

Prevê o financiamento de:

- 1) Programas de capacitação desenvolvidos em conjunto com instituições de ensino superior e similares ou instituições de C&T brasileiras ou estrangeiras, com apoio da Enagro (Escola Nacional de Gestão Agropecuária) e proporcionadas por meio virtual ou presencial. Pode implicar na necessidade de cobertura de custos para custeio de despesas administrativas associadas, deslocamento e manutenção;
- 2) Programa *Excellentia*. É um programa de intercâmbio de conhecimento para o desenvolvimento de trabalhos específicos junto a universidades, centros de pesquisa ou instituições de referência em áreas afetas à Defesa Agropecuária no Brasil ou no exterior, por até 12 meses. Pode envolver tanto a expatriação de técnicos brasileiros como a vinda de técnicos estrangeiros para o Brasil. Estão previstos intercâmbios com três tipos de finalidade: (i) Instituições Multilaterais onde o interesse é conhecer o processo de regulação e coordenação de grandes estratégias entre países. Exemplo estas instituições são a OIE; *Codex Alimentarius*; CIPV; etc; (ii) Instituições equivalentes à Defesa Agropecuária em países em que o Brasil tenha interesse comercial elevado (Ex. Aphis, FSIF, Senasa). Neste caso, o intercâmbio com instituições destes países cria um conhecimento de pessoas e processos da instituição irmã, facilitando a negociação comercial a ser realizada pelas equipes de adidos agrícolas e da SRI; (iii) Instituições equivalentes ou universidades onde o interesse é exclusivamente técnico científico, como por exemplo trabalhar por um ano com colegas de outros países em temas estratégicos para os dois países, como o projeto regional de controle de bicudo do algodoeiro mexicano.

Considerando a impossibilidade de implementação de bolsas de pós-graduação para servidores do MAPA no âmbito de projetos de cooperação técnica da natureza deste PCT, esta ação não será aqui contemplada e será executada diretamente pelo MAPA por mecanismos por eles definidos.

As áreas estratégicas para esses três níveis de qualificação serão definidas pelo Comitê Científico da SDA e convalidadas pelo Comitê Executivo de Gestão (CEG) da SDA (integrado por todos os Diretores de Departamento da Secretaria).

6.4. Com relação ao objetivo imediato 3

Tem o propósito de agregar informação e conhecimento continuamente à base de conhecimento técnico, científico e analítico que permita à SDA, e demais agentes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), serem fiadores da segurança dos produtos agropecuários (produzidos no Brasil ou importados) e também da sustentabilidade do setor mais dinâmico da economia nacional.

Para que a SDA avance na construção de uma cultura de inteligência estratégica, será implantada uma estrutura que funcionará como Centro de Integração de Dados e Conhecimento para a Defesa Agropecuária. Além de uma Coordenação-Geral de Inteligência e Estratégia, contará com o apoio de Núcleos de Inteligência em cada uma das unidades da SDA.

Serão consideradas, neste subcomponente, a realização de ações de desenvolvimento, melhorias e aperfeiçoamentos nos sistemas que servem de suporte de dados e informações primárias para o desenvolvimento das ações de produção de inteligência estratégica.

Serão desenvolvidos estudos para o desenvolvimento do Modelo de Inteligência Estratégica em defesa agropecuária (IEDA) desenvolvidos e sua integração com o do MAPA:

A elaboração da Doutrina de Inteligência visa estabelecer os fundamentos doutrinários que orientarão a SDA e o MAPA no conhecimento, no planejamento, no preparo e na execução de ações de inteligência, bem como a abrangência das disciplinas de inteligência atualmente empregada em áreas de interesse da Defesa Agropecuária, influenciando nas suas operações.

Será uniformizada a Análise de Risco no âmbito da defesa agropecuária, integrada ao processo de decisão na Inteligência Estratégica.

Adicionalmente, será elaborado o Manual de Inteligência Estratégica. Este manual tem por finalidade orientar o exercício da Atividade de Inteligência, a estrutura, processos e atuação das áreas integrantes do sistema de inteligência da Defesa Agropecuária e do MAPA.

A implantação do Sistema de Inteligência envolverá diversas etapas, iniciando-se com a aquisição, adoção e uso de sistemas de *Business Intelligence* (BI). A aquisição de infraestrutura física e de sistemas será realizada diretamente pelo MAPA. Na continuidade, promoverá a identificação, captura, tratamento e análise de dados e Informações Estratégicas da SDA e demais áreas do MAPA, os sistemas de BI permitirão o acesso a dados confiáveis, aumento da transparência e compreensão do negócio, disponibilização de conhecimento em tempo real e suporte para a tomada de decisão. A utilização de Sistemas Informatizados implicará na necessidade de aquisição de licenças de uso dos softwares, atualização e customização (manutenção evolutiva, adaptativa, customização, dentre outros) e de treinamento.

Serão, também, avaliados e aperfeiçoados os sistemas identificados como mais importantes, entre eles:

- a) SIA - Sistema de Informação de Insumos Agrícolas
- b) SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários
- c) SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF
- d) Sistema Integrado de Vigilância e Informação Fitossanitária (Sibifito)
- e) SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Informação Veterinária
- f) SISLAB - Sistemas de Gestão Laboratorial
- g) SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários
- h) SIGEF - Sistema de Gestão da Fiscalização
- i) LIMS - Laboratory Information Management Systems
- j) GTV - Guia de Trânsito Vegetal
- k) GTA - Guia de Trânsito Animal

6.5. Com relação ao objetivo imediato 4

Este subcomponente contemplará a realização dos estudos iniciais necessários para o estabelecimento de um Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária na fazenda onde está instalado o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária, no município de Pedro Leopoldo (LFDA - MG), incluindo instituições de pesquisa agropecuária, indústrias relacionadas, prestadores de serviço e outras entidades nacionais e internacionais relacionadas à defesa agropecuária. Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), universidades, empresas, associações, tanto do setor público como privado.

A ação do LFDA - MG está no limiar da técnica e da tecnologia, pelo que a integração de suas atividades com a pesquisa agropecuária orientaria com mais propriedade a busca de

soluções para os desafios de garantir alimentos saudáveis e menor pressão de pragas para as lavouras e criações animais brasileiras, além apoiar o desenvolvimento de estudos de interesse nacional voltados à gestão do risco sanitário e fitossanitário, com reflexos positivos para a ampliação e proteção do patrimônio agrícola e pecuário nacionais e para o alcance e consolidação de mercados para os produtos agropecuários.

Quanto às iniciativas que poderão ser instaladas no Parque já foram identificadas, mas não se limitando a: (i) pesquisa e ensino em saúde animal e sanidade vegetal, (ii) cepários de agentes de pragas, (iii) produção de vacinas e antígenos, (iv) centro de diagnóstico, (v) produção de materiais de referência, (vi) estação quarentenária vegetal, (vii) centro de análise de risco, (viii) incubadoras de empresas.

É prevista a contratação de consultorias para a elaboração dos estudos iniciais, incluindo:

- Detecção da oportunidade, incluindo toda uma prospecção de parceiros, legislação, políticas de incentivo a empresas, políticas e normativas de empreendedorismo.
- Elaboração de acordo inicial entre parceiros para constituição da proposição do Parque Tecnológico.
- Estabelecimento da governança pro tempore.
- Formulação do quadro conceitual sob forma de declarações impositivas para orientação dos trabalhos.
- Análise de imóveis para a base física do parque.
- Validação do projeto conceitual pelos envolvidos na iniciativa.
- Elaboração dos planos diretores de urbanismo e arquitetura da base física - pode haver reformulação do projeto conceitual nessa fase em face da confrontação com a realidade.
- Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) - seu resultado pode implicar em modificações no modelo inicial.
- Estudos de impacto ambiental
- Elaboração do plano de negócios contendo o projeto conceitual atualizado; as estratégias para viabilização do empreendimento; as projeções de viabilidade econômica e financeira; os planos de comercialização e de divulgação do parque.
- Implantação do plano de negócios.
- Elaboração da primeira versão do planejamento estratégico.

A elaboração do projeto conceitual preliminar considerará a utilização de parcerias público-privadas, a formação de alianças estratégicas com parceiros relevantes e a atuação em rede. O subcomponente desenvolverá apenas atividades de estudos e preparo documental. Não serão elaborados ou executados projetos de engenharia ou retrofit, mas apenas a caracterização da infraestrutura existente e possibilidades de adequação para fins de utilização do espaço físico já existente pelos parceiros do Parque Tecnológico.

Além de laboratórios existentes atuando de forma integrada, existem discursões preliminares para que façam parte do proposto Parque Tecnológico o futuro “Centro Regional de Avaliação de Risco”; a Estação Quarentenária em Sanidade Vegetal; e a mudança do Centro Pan-Americano de Aftosa – Panaftosa hoje no Rio de Janeiro. O Panaftosa já mantém um grupo de técnicos trabalhando nas instalações do LFDA.

Serão realizados os estudos sobre marcos legais e financeiros necessários à definição do modelo jurídico e outras condições necessárias à constituição do Parque Tecnológico. Serão analisadas as principais referências normativas vigentes, incluindo desde Lei Federais associadas ao tema (Lei de Inovação, PPP, outras), estaduais e municipais referentes a incentivos, respectivas regulamentações infralegais. Esses estudos serão a base para definição do modelo jurídico do parque e seus documentos complementares (governança, Estatutos, outros)

O parque tecnológico contará com a presença de vários laboratórios de importância para a defesa agropecuária; instituições de pesquisa agropecuária, além de outras entidades nacionais e internacionais pertinentes, públicas e privadas. Será um espaço dedicado à geração de condições sustentáveis para a inovação em defesa agropecuária, por meio da integração científica, motivada, entre outros, pelo compartilhamento de infraestrutura. Por premissa, o parque contará com planejamento estratégico e governança compartilhada por seus âncoras. A presença da pesquisa, incluindo instituições correlatas, poderá ser inserida em esforços conjuntos dos parceiros, com estímulo à excelência das atividades de controle oficial da cadeia produtiva, da pesquisa e inovação.

Foram identificadas algumas instituições com alto potencial de serem parceiras do parque. Como âncoras iniciais, o LFDA - MG, Ministério da Defesa, Universidades Federais (UFMG, UFV, UFLA), Embrapa, Panafiosa, representação do Setor Empresarial e dos governos Estadual e Municipal. Alguns potenciais parceiros associados devem também ser consultados, como a OIE, o Ministério da Saúde, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o CNPq, o Cetec, a BioMinas, a ABIN, o Sindam, a UFSJD (Campus Sete Lagoas), o IMA, a Epamig e outros, incluindo parceiros internacionais. Essas instituições deverão estar previamente engajadas na proposta e participarão de forma ativa nos estudos que serão desenvolvidos.

Uma vez de posse dos estudos será importante a negociação dos termos da parceria, que incluem o documento de constituição a ser assinado bem como a definição do termo de adesão para que novos parceiros, em momentos futuros, possam aderir ao Parque Tecnológico.

Ao final dos estudos a serem realizados, do preparo e negociação dos documentos jurídicos com o aval dos parceiros âncora (aqui incluído o MAPA), o contrato social do Parque Tecnológico deverá ser assinado pelas partes. A partir desse momento considera-se juridicamente constituído o Parque Tecnológico e o projeto será encerrado. A continuidade das ações para o início de operação será objeto de um segundo projeto a ser desenvolvido pelos parceiros signatários.



7. MATRIZ LÓGICA DO PCT

Objetivo Imediato 1: Desenvolver Estudos Estratégicos para a Defesa Agropecuária Federal.

Produtos	Metas	Indicadores	Meios de Verificação
1.1. Estudos para Melhoria da Eficiência dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA).	▪ 3 estudos	<ul style="list-style-type: none">▪ Métodos de amostragem, logística de envio de amostras e análises laboratoriais (até emissão de laudos) propostos e validados.▪ Espaços físicos, layout e fluxos de trabalho dos LFDA avaliados com melhorias propostas e validadas.▪ Processos de gestão da rede LFDA aprimorados e validados	▪ Relatórios dos estudos realizados
1.2. Estudos para melhoria da eficiência na prestação de serviços em portos e aeroportos relacionados à Vigilância na entrada e saída de cargas do comércio internacional de produtos agropecuários	▪ 2 estudos	<ul style="list-style-type: none">▪ Redução do tempo médio de liberação de carga nos portos para exportação e importação.	▪ Relatórios de execução dos processos de liberação de cargas
1.3. Estudos para melhoria da eficiência dos serviços da Defesa Agropecuária relacionados aos processos de Inspeção de produtos agropecuários, Registro e gestão	▪ 2 estudos	<ul style="list-style-type: none">▪ Redução do tempo médio Processos de exportação, importação de produtos de bebidas▪ Redução do tempo médio de Processos de exportação, importação de material genético animal e de animais vivos▪ Redução do tempo médio de Processos de registro de produtos de origem animal	▪ Relatórios de execução dos processos descritos

1.4. Estudos para estruturação e implantação de boas práticas regulatórias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 estudo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Procedimentos de gestão de normativas melhorados. ▪ Número de Atos legais priorizados na agenda regulatória ▪ Redução do tempo de elaboração de normas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios de execução do SISMAN ▪ Relatórios das priorizações de revisão e novas normativas.
1.5. Estudos e avaliações técnicas sobre o controle, erradicação e manutenção do status sanitário e fitossanitário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 8 estudos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos desenvolvidos no âmbito do programa nacional de erradicação de febre aftosa ▪ Estudos desenvolvidos no âmbito do programa nacional de controle de mosca-da-carambola ▪ Estudos desenvolvidos no âmbito do programa nacional de peste suína clássica ▪ Manutenção do status de país livre de febre aftosa com ou sem vacinação ▪ Manutenção do status de 24 Estados livres de Mosca da Carambola ▪ Manutenção da Zona Livre de PSC em 16 Estados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atos declaratórios oficiais
1.6. Estudos com foco na modernização estratégica da defesa agropecuária nacional com base em análises de riscos, em ecologia de pragas e vetores, epidemiologia animal ou vegetal dentre outros elegidos pela SDA como estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 10 estudos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de Estudos realizados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios dos estudos realizados.

Objetivo Imediato 2: Desenvolver Competências em Defesa Agropecuária.

Produtos	Metas	Indicadores	Meios de Verificação
2.1. Estudos para o desenho, estruturação e desenvolvimento de um Modelo de Gestão de Competências.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2 estudos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de estudos necessários para o Sistema de gestão de competências desenvolvido 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios dos estudos
2.2. Programa <i>Excellentia</i> implementado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 programa ▪ 50 intercâmbios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa implementado ▪ Número de profissionais participando do programa de intercâmbio no período do projeto 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acordos de cooperação estabelecidos com instituições de ensino superior e similares, instituições de C&T ou outras instituições públicas ou privadas brasileiras ou estrangeiras
2.3. Programa de capacitação de curta duração implementado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100 turmas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de turmas de capacitação oferecidos e ministrados, 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Certificados expedidos pela Enagro ou instituição ministrante.
2.4. Capacitação de equipes das áreas técnicas da SDA nos processos melhorados e	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 10 capacitações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipe dos LFDA capacitada nos sistemas informatizados e automatizados e nos processos de gestão melhorados ▪ Equipe do Vigiagro capacitada no Sistema unificado de gerenciamento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios das capacitações

<p>nos novos modelos de gestão e processos implementados</p>		<p>de trânsito internacional de produtos de interesse agropecuário – SIGVIG unificado, modernizado e informatizado</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipe do Vigiagro capacitada nos Processos revisados de inspeção da vigilância internacional (incluindo o VIGIRISCO) ▪ Equipe dos departamentos técnicos da SDA capacitadas nos Processos melhorados e automatizados de exportação, importação ou registro de produtos de origem animal ou vegetal, e de animais vivos ▪ Corpo técnico da SDA capacitado na Agenda regulatória resultante da revisão, e gerenciamento do estoque regulatório, implementada com boas práticas regulatórias ▪ Outras capacitações priorizadas pela SDA decorrentes dos resultados dos estudos técnicos realizados no âmbito deste PCT. 	
<p>2.5. Capacidades fortalecidas nos Programas Nacionais de Controle de Doenças Animais; Pragas Vegetais; Inocuidade e</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 6 capacitações em temas distintos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Corpo técnico da SDA capacitado para ações de Manutenção de status zoofitossanitário de doenças e pragas priorizadas pela SDA. ▪ Corpo técnico da SDA capacitado na detecção precoce de emergências sanitárias ▪ Corpo técnico da SDA capacitado para resposta tempestiva para emergências sanitárias. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Certificados das capacitações emitidos

Qualidade de Alimentos.				
-------------------------	--	--	--	--

14

Objetivo Imediato 3: Aprimorar o Sistema de Inteligência Estratégica do MAPA.

Produtos	Metas	Indicadores	Meios de Verificação
3.1. Estudos para o desenvolvimento do Modelo de Inteligência estratégica em defesa agropecuária (IEDA) e sua integração com o sistema de inteligência do MAPA desenvolvidos.	▪ 2 estudos	▪ Número de estudos realizados ▪ Modelo do sistema de inteligência proposto	▪ Relatório dos Estudos
3.2. Sistema IEDA modelado, proposto e implementado.	3 estudos	▪ Número de estudos para modelagem do Sistema ▪ Requisitos levantados para o desenvolvimento do Sistema operacional.	▪ Relatório dos Estudos ▪ Relatório de consultas ao sistema

Objetivo Imediato 4: Desenvolver os instrumentos de constituição do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária.

Produtos	Metas	Indicadores	Meios de Verificação
4.1. Consultorias contratadas para o desenvolvimento de estudos necessários à constituição jurídica, gestão, governança e propriedade intelectual do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária propostos e desenvolvidos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 4 estudos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo de detecção da oportunidade, incluindo toda uma prospecção de parceiros e definição de escopo inicial, incluindo a formulação do quadro conceitual sob forma de declarações impositivas para orientação dos trabalhos realizado ▪ Estudo de legislação, políticas de incentivo a empresas, políticas e normativas de empreendedorismo e demais normativas Federais, Estaduais e Municipais para a constituição legal do Parque Tecnológico realizado. Inclui minutas do contrato, estatutos, regimento e demais documentos necessários. ▪ Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) - seu resultado pode implicar em modificações no modelo inicial realizado ▪ Estudos de impacto ambiental realizado ▪ Documentos de constituição do Parque Tecnológico construídos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios dos estudos realizados ▪ Número de documentos elaborados

Objetivo Imediato 5: Realizar estudos de monitoramento e avaliação relacionados aos indicadores de desempenho do ProDefesa.

Produtos	Metas	Indicadores	Meios de Verificação
5.1. Estudos de monitoramento e avaliação dos Indicadores de desempenho do ProDefesa realizados.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 4 estudos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de estudos realizados ▪ Indicadores avaliados e validados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório dos Estudos e indicadores

8. INSUMOS

OGM 1 – Pessoal Profissional Internacional	
OGM 2 – Pessoal Nacional	
OGM 3 – Capacitação	R\$ 27.760.000,00
OGM 4 – Viagens de Pessoal Permanente	
OGM 5 – Publicações exclusivas sobre produtos do PCT	R\$ 1.109.200,00
OGM 6 – Aquisição de Livros e Equipamentos para uso restrito e exclusivo na execução do PCT.	
OGM 7 – Serviços gerais eventuais	
OGM 8 – Contratos por resultados e serviços	R\$ 44.450.800,00

Todas as despesas efetuadas no âmbito desta Cooperação Técnica obedecerão aos critérios estabelecidos pela Portaria nº 8 de janeiro de 2017 do MRE e ao Acórdão 1339 de 19 de junho de 2009 do TCU.

9. ORÇAMENTO

9.1. Orçamento Geral

	(US\$)					
Objeto de Gasto Maior	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação	584.000	1.752.500	1.762.500	1.762.500	1.078.500	6.940.000
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações	18.000,00	174.300,00	85.000,00			277.300,00
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	929.000,00	3.418.700,00	2.635.000,00	2.265.000,00	1.865.000,00	11.112.700,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	1.531.000,00	5.345.500,00	4.482.500,00	4.027.500,00	2.943.500,00	18.330.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	76.550,00	267.275,00	224.125,00	201.375,00	147.175,00	916.500,00
TOTAL	1.607.550,00	5.612.775,00	4.706.625,00	4.228.875,00	3.090.675,00	19.246.500,00



9.1. Orçamento Geral: Ano calendário 2020 - 2024

	(RS)					
Objeto de Gasto Maior	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação	2.336.000,00	7.010.000,00	7.050.000,00	7.050.000,00	4.314.000,00	27.760.000,00
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações	72.000,00	697.200,00	340.000,00			1.109.200,00
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	3.716.000,00	13.674.800,00	10.540.000,00	9.060.000,00	7.460.000,00	44.450.800,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	6.124.000,00	21.382.000,00	17.930.000,00	16.110.000,00	11.774.000,00	73.320.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	306.200,00	1.069.100,00	896.500,00	805.500,00	588.700,00	3.666.000,00
TOTAL	6.430.200,00	22.451.100,00	18.826.500,00	16.915.500,00	12.362.700,00	76.986.000,00

Taxa de câmbio: US\$ 1,00 = R\$ 4,00.

9.2. Orçamento para o Objetivo Imediato 1: Desenvolver Estudos Estratégicos para a Defesa Agropecuária Federal

	(US\$)					
Objeto de Gasto Maior	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação						
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações						
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	280.000,00	1.825.000,00	1.625.000,00	1.525.000,00	1.425.000,00	6.680.000,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	280.000,00	1.825.000,00	1.625.000,00	1.525.000,00	1.425.000,00	6.680.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	14.000,00	91.250,00	81.250,00	76.250,00	71.250,00	334.000,00
TOTAL	294.000,00	1916.250,00	1.706.250,00	1.601.250,00	1.496.250,00	7.014.000,00

(US\$ dólares americanos)

Matriz de correlação de Orçamento para o Objetivo Imediato 1: Desenvolver Estudos Estratégicos para a Defesa Agropecuária Federal

Objeto de Gasto Maior	PCP	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Produto 1.1.	3.1.1	\$ 140.000,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 140.000,00
Produto 1.2.	3.1.4	\$ -	\$ 450.000,00	\$ 450.000,00	\$ 400.000,00	\$ 400.000,00	\$ 1.700.000,00
Produto 1.3.	3.1.4	\$ -	\$ 450.000,00	\$ 450.000,00	\$ 400.000,00	\$ 400.000,00	\$ 1.700.000,00
Produto 1.4.	3.1.4	\$ -	\$ 225.000,00	\$ 225.000,00	\$ 225.000,00	\$ 225.000,00	\$ 900.000,00
Produto 1.5.	3.1.4	\$ -	\$ 700.000,00	\$ 500.000,00	\$ 500.000,00	\$ 400.000,00	\$ 2.100.000,00
Produto 1.6.	3.1.2	\$ 140.000,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 140.000,00
Subtotal		\$ 280.000,00	\$ 1.825.000,00	\$ 1.625.000,00	\$ 1.525.000,00	\$ 1.425.000,00	\$ 6.680.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	3.6.1	\$ 14.000,00	\$ 91.250,00	\$ 81.250,00	\$ 76.250,00	\$ 71.250,00	\$ 334.000,00
TOTAL		\$ 294.000,00	\$ 1.916.250,00	\$ 1.706.250,00	\$ 1.601.250,00	\$ 1.496.250,00	\$ 7.014.000,00

9.2. Orçamento para o Objetivo Imediato 1: Desenvolver Estudos Estratégicos para a Defesa Agropecuária Federal

Objeto de Gasto Maior	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação						
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações						
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	1.120.000,00	7.300.000,00	6.500.000,00	6.100.000,00	5.700.000,00	26.720.000,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	1.120.000,00	7.300.000,00	6.500.000,00	6.100.000,00	5.700.000,00	26.720.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	56.000,00	365.000,00	325.000,00	305.000,00	285.000,00	1.336.000,00
TOTAL	1.176.000,00	7.665.000,00	6.825.000,00	6.405.000,00	5.985.000,00	28.056.000,00

Taxa de câmbio: US\$ 1,00 = R\$ 4,00.

9.3. Orçamento para o Objetivo Imediato 2: Desenvolver Competências em Defesa Agropecuária.

	(US\$)					
Objeto de Gasto Maior	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação	584.000	1.752.500	1.762.500	1.762.500	1.078.500	6.940.000
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações		63.300,00				63.300,00
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	222.000,00	569.700,00				791.700,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	806.000,00	2.385.500,00	1.762.500,00	1.762.500,00	1.078.500,00	\$ 7.795.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	40.300,00	119.275,00	88.125,00	88.125,00	53.925,00	\$ 389.750,00
TOTAL	846.300,00	2.504.775,00	1.850.625,00	1.850.625,00	1.132.425,00	\$ 8.184.750,00

(US\$ dólares americanos)

Matriz de correlação de Orçamento para o Objetivo Imediato 2: Desenvolver Competências em Defesa Agropecuária

Objeto de Gasto Maior	PEP	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Produto 2.1.	3.2.1	\$ 222.000,00	\$ 633.000,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 855.000,00
Produto 2.2.	3.2.4.3	\$ 400.000,00	\$ 1.000.000,00	\$ 1.000.000,00	\$ 1.000.000,00	\$ 600.000,00	\$ 4.000.000,00
Produto 2.3.	3.2.4.1	\$ 184.000,00	\$ 515.000,00	\$ 525.000,00	\$ 525.000,00	\$ 241.000,00	\$ 1.990.000,00
Produto 2.4.	3.2.4.1	\$ -	\$ 112.500,00	\$ 112.500,00	\$ 112.500,00	\$ 112.500,00	\$ 450.000,00
Produto 2.5.	3.2.4.1	\$ -	\$ 125.000,00	\$ 125.000,00	\$ 125.000,00	\$ 125.000,00	\$ 500.000,00
Subtotal		\$ 806.000,00	\$ 2.385.500,00	\$ 1.762.500,00	\$ 1.762.500,00	\$ 1.078.500,00	\$ 7.795.000,00
Taxa Institucional RCI (3%)	3.6.1	\$ 40.300,00	\$ 119.275,00	\$ 88.125,00	\$ 88.125,00	\$ 53.925,00	\$ 389.750,00
TOTAL		\$ 846.300,00	\$ 2.504.775,00	\$ 1.850.625,00	\$ 1.850.625,00	\$ 1.132.425,00	\$ 8.184.750,00

9.3. Orçamento para o Objetivo Imediato 2: Desenvolver Competências em Defesa Agropecuária.

	(R\$)					
Objeto de Gasto Maior	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação	2.336.000	7.010.000	7.050.000	7.050.000	4.314.000	27.760.000
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações		253.200,00				253.200,00
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	888.000,00	2.278.800,00				3.166.800,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	3.892.000,00	11.212.000,00	8.720.000,00	8.720.000,00	5.316.000,00	37.860.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	194.600,00	560.600,00	436.000,00	436.000,00	265.800,00	1.893.000,00
TOTAL	4.086.600,00	11.772.600,00	9.156.000,00	9.156.000,00	5.581.800,00	39.753.000,00

Taxa de câmbio: US\$ 1,00 = R\$ 4,00.



9.4. Orçamento para o Objetivo Imediato 3: Aprimorar o Sistema de Inteligência Estratégica do MAPA.

	(US\$)					
Objeto de Gasto Maior	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação						
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações		81.000,00	65.000,00			146.000,00
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	240.000,00	729.000,00	585.000,00	100.000,00	100.000,00	1.754.000,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	240.000,00	810.000,00	650.000,00	100.000,00	100.000,00	1.900.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	12.000,00	40.500,00	32.500,00	5.000,00	5.000,00	95.000,00
TOTAL	252.000,00	850.500,00	682.500,00	105.000,00	105.000,00	1.995.000,00

(US\$ dólares americanos)

Objeto de Gasto Maior	PEP	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Produto 3.1	3.3.1.1	\$ -	\$ 275.000,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 275.000,00
	3.3.1.2	\$ -	\$ 185.000,00	\$ 100.000,00	\$ -	\$ -	\$ 285.000,00
	3.3.1.3	\$ 145.000,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 145.000,00
	3.3.1.4	\$ -	\$ 250.000,00	\$ 450.000,00			\$ 700.000,00
	3.3.2.2	\$ 95.000,00	\$ 100.000,00	\$ 100.000,00	\$ 100.000,00	\$ 100.000,00	\$ 495.000,00
Subtotal		\$ 240.000,00	\$ 810.000,00	\$ 650.000,00	\$ 100.000,00	\$ 100.000,00	\$ 1.900.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	3.6.1	\$ 12.000,00	\$ 40.500,00	\$ 32.500,00	\$ 5.000,00	\$ 5.000,00	\$ 95.000,00
TOTAL		\$ 252.000,00	\$ 850.500,00	\$ 682.500,00	\$ 105.000,00	\$ 105.000,00	\$ 1.995.000,00

9.4. Orçamento para o Objetivo Imediato 3: Aprimorar o Sistema de Inteligência Estratégica do MAPA.

	(R\$)					
Objeto de Gasto Maior	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação						
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações		324.000,00	260.000,00			584.000,00
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	960.000,00	2.916.000,00	2.340.000,00	400.000,00	400.000,00	7.016.000,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	960.000,00	3.240.000,00	2.600.000,00	400.000,00	400.000,00	7.600.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	48.000,00	162.000,00	130.000,00	20.000,00	20.000,00	380.000,00
TOTAL	1.008.000,00	3.402.000,00	2.730.000,00	420.000,00	420.000,00	7.980.000,00

Taxa de câmbio: US\$ 1,00 = R\$ 4,00.

Am

9.5. Orçamento para o Objetivo Imediato 4: Desenvolver os instrumentos de constituição do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária.

	(US\$)					
Objeto de Gasto Maior	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação						
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações	18.000,00	30.000,00	20.000,00			68.000,00
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	162.000,00	270.000,00	400.000,00	615.000,00	315.000,00	1.762,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	180.000,00	300.000,00	420.000,00	615.000,00	315.000,00	1.830.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	9.000,00	15.000,00	21.000,00	30.750,00	15.750,00	91.500,00
TOTAL	189.000,00	315.000,00	441.000,00	645.750,00	330.750,00	1.921.500,00

(US\$ dólares americanos)

Matriz de correlação de Orçamento para o Objetivo Imediato 4: Desenvolver os instrumentos do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária

Objeto de Gasto Maior	PEP	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Produto 4.1.	3.5.1	\$ 180.000,00	\$ 300.000,00	\$ 420.000,00	\$ 615.000,00	\$ 315.000,00	\$ 1.830.000,00
	3.5.2	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 215.000,00	\$ 215.000,00	\$ 430.000,00
Subtotal		\$ 180.000,00	\$ 300.000,00	\$ 420.000,00	\$ 615.000,00	\$ 315.000,00	\$ 1.830.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	3.6.1	\$ 9.000,00	\$ 15.000,00	\$ 21.000,00	\$ 30.750,00	\$ 15.750,00	\$ 91.500,00
TOTAL		\$ 189.000,00	\$ 315.000,00	\$ 441.000,00	\$ 645.750,00	\$ 330.750,00	\$ 1.921.500,00

9.5. Orçamento para o Objetivo Imediato 4: Desenvolver os instrumentos de constituição do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária.

	(R\$)					
Objeto de Gasto Maior	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação						
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações	72.000,00	120.000,00	80.000,00			272.000,00
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	648.000,00	1.080.000,00	1.600.000,00	2.460.000,00	1.260.000,00	7.048.000,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	720.000,00	1.200.000,00	1.680.000,00	2.460.000,00	1.260.000,00	7.320.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	36.000,00	60.000,00	84.000,00	123.000,00	63.000,00	366.000,00
TOTAL	756.000,00	1.260.000,00	1.764.000,00	2.583.000,00	1.323.000,00	7.686.000,00

Taxa de câmbio: US\$ 1,00 = R\$ 4,00.



9.6. Orçamento para o Objetivo Imediato 5: Estudos de monitoramento e avaliação relacionados aos indicadores de desembolso do PRODEFESA

Objeto de Gasto Maior						(US\$)
	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação						
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações						
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	125.000,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	125.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	6.250,00
TOTAL	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	131.250,00

(US\$ dólares americanos)

Objeto de Gasto Maior	PEP	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Produto 5.1.	3.6.2	\$ 25.000,00	\$ 25.000,00	\$ 25.000,00	\$ 25.000,00	\$ 25.000,00	\$ 125.000,00
Subtotal		\$ 25.000,00	\$ 25.000,00	\$ 25.000,00	\$ 25.000,00	\$ 25.000,00	\$ 125.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	3.6.1	\$ 1.250,00	\$ 1.250,00	\$ 1.250,00	\$ 1.250,00	\$ 1.250,00	\$ 6.250,00
TOTAL		\$ 26.250,00	\$ 26.250,00	\$ 26.250,00	\$ 26.250,00	\$ 26.250,00	\$ 131.250,00

101

9.6. Orçamento para o Objetivo Imediato 5: Estudos de monitoramento e avaliação relacionados aos indicadores de desembolso do PRODEFESA

	(R\$)					
Objeto de Gasto Maior	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
OGM 1 Pessoal Profissional Internacional						
OGM 2 Pessoal Nacional (PPL e PSG)						
OGM 3 Capacitação						
OGM 4 Viagens de Pessoal Permanente						
OGM 5 Publicações						
OGM 6 Aquisição de Livros e Equipamentos						
OGM 7 Serviços Gerais						
OGM 8 Contratos por Resultados e Serviços	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	500.000,00
OGM 9 Outros Custos						
Subtotal	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	500.000,00
Taxa Institucional RCI (5%)	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00
TOTAL	105.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	525.000,00

Taxa de câmbio: US\$ 1,00 = R\$ 4,00.

M

10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Objetivo Imediato 1. Desenvolver Estudos Estratégicos para a Defesa Agropecuária Federal

Produtos	Ano/Trimestre																			
	2020				2021				2022				2023				2024			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
1.1. Estudos para Melhoria da Eficiência dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA).																				
1.2. Estudos para melhoria da eficiência na prestação de serviços em portos e aeroportos relacionados à Vigilância na entrada e saída de cargas do comércio internacional de produtos agropecuários																				
1.3. Estudos para melhoria da eficiência dos serviços da Defesa Agropecuária relacionados aos processos de Inspeção de produtos agropecuários, Registro e gestão																				
1.4. Estudos para estruturação e implantação de boas práticas regulatórias																				
1.5. Estudos e avaliações técnicas sobre o controle, erradicação e manutenção do status sanitário e fitossanitário																				
1.6. Estudos com foco na modernização estratégica da defesa agropecuária nacional com base em análises de riscos, em rastreabilidade de OGMs, em ecologia de pragas e vetores, epidemiologia animal ou vegetal dentre outros elegidos pela SDA como estratégicos																				

Objetivo Imediato 2: Desenvolver Competências em Defesa Agropecuária

Produtos	Ano/Trimestre																			
	2020				2021				2022				2023				2024			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
2.1. Estudos para o desenho, estruturação e desenvolvimento de um Modelo de Gestão de Competências.																				
2.2. Programa <i>Excellentia</i> implementado																				
2.3. Programa de capacitação de curta duração implementado																				
2.4. Capacitação de equipes das áreas técnicas da SDA nos processos melhorados e nos novos modelos de gestão e processos implementados																				
2.5. Capacidades fortalecidas nos Programas Nacionais de Controle de Doenças Animais; Pragas Vegetais; Inocuidade e Qualidade de Alimentos.																				

AN

Objetivo Imediato 3: Aprimorar o Sistema de Inteligência Estratégica do MAPA.

Produtos	Ano/Trimestre																			
	2020				2021				2022				2023				2024			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
3.1. Estudos para o desenvolvimento do Modelo de Inteligência estratégica do MAPA desenvolvidos.																				
3.2 Sistema IEDA modelado, proposto e implementado.																				

Objetivo Imediato 4: Desenvolver os instrumentos de constituição do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária.

Produtos	Ano/Trimestre																			
	2020				2021				2022				2023				2024			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
4.1. Consultorias contratadas para o desenvolvimento de estudos necessários à constituição jurídica, gestão, governança e propriedade intelectual do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária propostos e desenvolvidos.																				

Objetivo Imediato 5: Realizar estudos de monitoramento e avaliação relacionados aos indicadores de desembolso do ProDefesa

Produtos	Ano/Trimestre																			
	2020				2021				2022				2023				2024			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
5.1 Estudos relacionados aos indicadores do ProDefesa para fins de desembolso realizados (auditoria independente)																				